MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PARANAVAÍ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO CONTEXTO ESCOLAR

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO XXXXX

Paranavaí – 2016

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino
Sérgio Garcia dos Martires

Diretor de Ensino Superior e Pós-Graduação
Paulo César Medeiros

Direção Geral do Campus
José Barbosa Dias Júnior

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus
Antão Rodrigo Valentim

Coordenador de Curso
Lucas de Melo Andrade

Comissão responsável pela elaboração do PPC
Bárbara Poli Uliano Shinkawa
Ester Cristina Back Schulz
Felipe Augusto Moreira Bonifácio
Felipe Luiz Gomes Figueira
Gabriela Fujimori da Silva
Josimar Priori
Lucas de Melo Andrade
Marcelo Lopes Rosa
Rafael Petermann
Renato Rodrigues dos Santos
Taynara Alcântara Cangussú
Viviane Moretto da Silva Fuly

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA 6
2. DADOS DO PROPONENTE 7
3. DADOS E FUNCIONAMENTO DO CURSO 7
4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA 8
5. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA 28
6. OBJETIVOS DA PROPOSTA 30
7. ORGANIZAÇÃO DO CURSO 31
8. CORPO DOCENTE 33
9. METODOLOGIA DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE 57
10. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES 58
11. MATRIZ CURRICULAR 60
12. EMENTA, BIBLIOGRAFIA E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES 60
13. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS 74
14. PERFIL DO EGRESSO 74
15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 75
16. EXPERIÊNCIA DO COORDENADOR(A) 76
17. EXPERIÊNCIA DO VICE-COORDENADOR(A) 76
18. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO 77
19. INSTALAÇÕES FÍSICAS 77
20. ANEXOS 83

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

1.1 Nome do curso: Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar.

1.2 Área do conhecimento (CAPES): 90000005 MULTIDISCIPLINAR.

1.3 Linhas de Pesquisa:

- Linha 1 – Perspectivas interdisciplinares no processo de ensino de aprendizagem.

Esta linha de pesquisa procura investigar as potencialidades da interdisciplinaridade no processo de ensino aprendizagem, entendendo que os sujeitos precisam ter acesso a uma formação que os torne capazes de articular diferentes perspectivas do saber para a compreensão da realidade. Se pensadas a partir de uma concepção democrática de educação e de uma perspectiva de ensino-aprendizagem pautada na consideração da realidade do educando, as ações interdisciplinares podem contribuir com o desenvolvimento de quadros educacionais dinâmicos e afeitos às demandas locais.

- Linha 2 – Interdisciplinaridade e formação do professor.

A formação do professor precisa ser um processo contínuo de forte promoção de vínculos entre as dimensões teóricas e a práxis profissional. Sendo assim, a linha de pesquisa “Interdisciplinaridade e formação do professor” procura desenvolver reflexões que auxiliem os docentes no desenvolvimento de propostas educacionais que respondam às demandas sempre plurais dos contextos escolares. Como a realidade escolar é dinâmica e heterogênea, tal linha de pesquisa evidencia a necessidade de formar professores com um olhar global acerca da realidade, sendo a interdisciplinaridade uma das principais dimensões a comporem essa formação.

- Linha 3 – Políticas públicas e interdisciplinaridade.

As políticas públicas são os principais instrumentos a partir dos quais Estado e Sociedade Civil implementam ações e programas que moldam a realidade social. Neste sentido, a linha de pesquisa “Políticas públicas e interdisciplinaridade” procura refletir sobre a influência decisiva que as políticas públicas, com especial destaque às políticas públicas educacionais, trazem aos mais variados contextos escolares. Como as ações interdisciplinares promovidas em âmbito escolar são entendidas como mecanismos importantes para o desenvolvimento da formação integral dos sujeitos, os estudos realizados pela Linha 3 procurarão dimensionar a forma com que as políticas públicas educacionais as estão contemplando.

2. DADOS DO PROPONENTE

2.1 Campus responsável: Paranavaí

2.2 Nome do(a) Coordenador(a)/Titulação: Lucas de Melo Andrade – Mestre

2.3 Telefone do(a) Coordenador(a): (44) 99856107

2.4 E-mail do(a) Coordenador(a): lucas.andrade@ifpr.edu.br

2.5 Nome do(a) Vice-Coordenador(a)/Titulação: Bárbara Poli Uliano Shinkawa – Mestra

2.6 Telefone do(a) Vice-Coordenador(a): (44) 99741944

2.7 E-mail do(a) Vice- Coordenador(a): barbara.poli@ifpr.edu.br

2.8 Nome do(a) Secretário(a) de curso: Priscila Grazielle Flôr

3. DADOS E FUNCIONAMENTO DO CURSO

3.1 Tipo de curso: Especialização (Resolução CNE/CES Nº1/2007)

3.2 Número de vagas ofertadas: 40 vagas

3.3 Pré-requisitos: Ensino Superior Completo

3.4 Público alvo: Profissionais da educação formados em diferentes áreas

3.5 Modalidade:
(X) presencial ( ) a distância
(X) aberto ao público ( ) turma fechada – instituição parceira:_____

3.6 Local de realização do curso:

NOME	Instituto Federal do Paraná Campus Paranavaí
CNPJ	10.652.179/0006-20
ENDEREÇO	Avenida José Felipe Tequinha, 1400, Jardim das Nações, 87703-630
LOCALIZAÇÃO	Paranavaí - Paraná
CONTATO	(44) 3482-0100 – http://www.paranavai.ifpr.edu.br

3.7 Local de atendimento aos estudantes: Sala de aula e laboratórios disponíveis no Campus

3.8 Dias de realização do curso: Segundas e Terças-feiras.

3.9 Horário de oferta do curso: 19h20min às 22h50min.

3.10 Previsão de início do curso (dia/mês): 24 de julho de 2017

3.11 Carga horária total do curso: 366,74h

3.12 Etapas de seleção/avaliação
( ) Prova
(X) Entrevista
(X) Currículo
( ) Experiência

3.13 Período de inscrição para seleção: 03 a 28 de abril de 2017

4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

No texto que se segue, justificamos a relevância da Pós-graduação *lato sensu* em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar. Tal justificativa é embasada a partir da apresentação dos seguintes aspectos: concepção de educação; determinações

legais; caracterização do IDH da mesorregião Noroeste Paranaense e da microrregião Paranavaí; e dados educacionais.

A educação é inerente às práticas sociais, culturais, políticas e econômicas dos grupos em que se insere, envolvendo, de maneira ampla, todo processo responsável pela socialização dos indivíduos. Sendo assim, todas as instituições sociais estão envolvidas na educação dos sujeitos, de modo que os órgãos formais de ensino, como as escolas, os institutos federais e as universidades são apenas algumas das esferas possíveis em que o indivíduo aprende e se desenvolve.

Nesse sentido, não se trata de pensar que o processo de ensino-aprendizagem caracteriza-se pela presença de indivíduos que ensinam de forma desinteressada e de sujeitos que adquirem códigos e valores supostamente neutros e/ou livres de intencionalidades. Muito pelo contrário: ensinar e aprender envolve sujeitos que ativamente refletem sobre metodologias e conteúdos que também estão situados no campo da cultura e que, por extensão, foram historicamente construídos em meio a escolhas e tensões políticas e sociais. Portanto, os ambientes formais de ensino que se queiram democráticos devem promover o diálogo e a reflexão constantes, tendo em vista a necessidade de respeitar e valorizar a pluralidade de possibilidades de interpretar o mundo e de nele interferir.

Como espaços educativos, as escolas, os institutos federais e as universidades especificam-se por se voltarem mais detidamente ao ensino de uma dentre as formas possíveis de compreender a realidade: o conhecimento científico-tecnológico. Convém observar que o conhecimento científico e tecnológico também é socialmente produzido e aplicado, o que exige de tais instituições reflexões frequentes sobre os motivos e demandas sociais que procuram legitimá-lo. Tais aplicabilidades podem ser pensadas, principalmente, quando relacionadas ao mercado de trabalho e à atuação política dos sujeitos na sociedade em que se inserem. Se em tais instituições o sujeito conhece ciência e técnica enquanto instrumentos importantes para sua capacitação ao mundo do trabalho, é também em tais instituições que reflexões críticas sobre os modos científicos e tecnológicos de ver e interferir no mundo devem ser promovidas. A possibilidade de refletir de maneira constante, autônoma e livre sobre valores, ações e

projetos sociais é o que confere a cada sujeito a dimensão central do Estado Democrático de Direito: a cidadania.

A *indissociabilidade* estabelecida entre educação, cultura, ciência, trabalho e cidadania consta na Constituição Brasileira. A Carta Magna determina que o acesso à educação, assim como à cultura, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação configura-se enquanto competência a ser comumente desempenhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 23). Constitucionalmente, afirma-se que a educação, junto à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados são “direitos sociais” (Art. 6) que devem ser oportunizados aos trabalhadores do campo e da cidade, a fim de que melhorem sua “condição social” (Art. 7).

No texto da Constituição Brasileira, a criança, o adolescente e o jovem são especificamente mencionados, endossando-se que família, sociedade e Estado devem assegurar a eles, “com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227).

Ainda em plano constitucional, determina-se que a educação seja um “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida mediante colaboração de uma sociedade que se volte à promoção da cidadania e da qualificação para o mundo do trabalho (Art. 205). Frisa-se que o “acesso ao ensino público obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, cabendo sua garantia tanto na esfera da “educação básica” quanto no campo dos “níveis mais elevados de ensino” (Art. 208). São oito os princípios que a Constituição apregoa para a promoção do ensino brasileiro (Art. 206), sendo eles:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Na esfera da ciência, tecnologia e inovação, a Constituição Brasileira estabelece:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no caput , estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Já no campo da cultura, é determinado pela Constituição que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Em 2009, a Constituição passou a prever a elaboração do Plano Nacional de Educação, atribuindo a ele a função de articular o "sistema nacional de educação" e estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias atinentes a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (Art. 214 da Constituição). A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o PNE então vigente, observando o período de vigência estipulado pela Constituição aos Planos Nacionais de Educação – 10 anos. O PNE 2014/2024 resultou de "amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público", podendo ser encarado como um "instrumento de planejamento de nosso Estado democrático de direito" (BRASIL, 2014, p. 07).[1]

O PNE atualmente em vigor determina que a "União, os estados o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e

[1] BRASIL, **Plano Nacional de Educação**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

implementar as estratégias previstas no texto" (Art. 07). Entende que sua execução e seu cumprimento "serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas" a serem realizados pelas instâncias que se seguem: Ministério da Educação (MEC); Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; Conselho Nacional de Educação (CNE); e Fórum Nacional de Educação (Art. 5). O Plano possui dez diretrizes, sendo elas:

Art. 2º São diretrizes do PNE:
I − erradicação do analfabetismo;
II − universalização do atendimento escolar;
III − superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
IV − melhoria da qualidade da educação;
V − formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI − promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
VII − promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
VIII − estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IX − valorização dos(as) profissionais da educação;
X − promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Em suas diretrizes, vê-se que o Plano Nacional da Educação também evidencia a clara intersecção entre as esferas da educação, da cultura, da ciência, do trabalho e da cidadania. Uma leitura global das metas e estratégias que compõem o PNE ratifica esse vínculo, um vínculo a ser estabelecido, como determinam as diretrizes, por meio de profissionais da educação valorizados, de uma gestão pública democrática, de recursos financeiros suficientes e de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Segundo o PNE, a educação básica deve ser beneficiada com: apoio às práticas pedagógicas interdisciplinares; ampliação do acesso à internet, computadores, recursos tecnológicos e equipamentos; práticas pedagógicas inovadoras que respeitem a diversidade de propostas pedagógicas; diálogo entre família, sociedade e poder público; melhoria da infraestrutura física; consideração das necessidades educacionais presentes nas áreas rurais e urbanas, bem como das demandas das populações

quilombolas e indígenas; promoção da cultura da paz, capacitando os profissionais da educação para discutir violência no espaço escolar; garantia do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos das Leis nº 10.639 e nº 11.645; melhoria da qualidade de ensino daqueles que possuem algum tipo de deficiência física, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; fixação de médias nacionais a serem atingidas pela educação básica no IDEB; universalização do acesso à educação; planejamento, implementação e avaliação constante das ações empreendidas pelo Plano; ampliação do investimento do poder público em educação pública, de “forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio” (meta 20).

Em meio a todas essas demandas, o Plano especifica a necessidade de capacitar os profissionais da educação nas esferas da formação inicial e continuada, dentre eles os professores. Em sua meta 16, o PNE determina: “formar em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”.

Os institutos federais congregam todas essas potencialidades educativas, cabendo-nos observar que seus objetivos, finalidades e características estabelecem uma clara interseção entre educação, cultura, ciência, trabalho e cidadania.

A promulgação da Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, faz parte da consolidação de um conjunto de direitos sociais fortemente evidenciados pela Constituição de 1988, dentre eles o direito à educação gratuita e de qualidade. Conforme sua lei de fundação, os Institutos Federais devem configurar-se como órgãos voltados para a oferta de uma educação profissional, tecnológica e cidadã, devidamente direcionada para o desenvolvimento socioeconômico e cultural nos âmbitos local, regional e nacional. Conforme a Lei 11.892, tal empreendimento educativo deve articular-se aos campos da pesquisa e da extensão, com o objetivo de atuar em função de demandas próprias às realidades sociais em que os institutos

federais estão diretamente inseridos. Em consonância com a Constituição, está o Estatuto do IFPR (aprovado pela Resolução nº 13/2011-CONSUP, retificado pela Resolução nº 39/2012-CONSUP, pela Resolução nº 02/2014-CONSUP e pela Resolução nº02/2015-CONSUP), segundo o qual:

Art. 4.º O Instituto Federal do Paraná tem as seguintes finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo, e de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Paraná;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

X - participar de programas de capacitação, qualificação e requalificação dos profissionais de educação da rede pública

XI - O IFPR, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar cursos fora da área tecnológica.

Art. 5.º O Instituto Federal do Paraná tem os seguintes objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de

profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas, prioritariamente aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

VII – executar, sem finalidade comercial, serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com fins exclusivamente educativos.

Consideradas todos essas potencialidades educacionais presentes nos institutos federais, observamos que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Paraná e, em especial, da mesorregião Noroeste Paranaense e da microrregião Paranavaí tem muito a se beneficiar com a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR).[2]

Tabela 1 – *Ranking* do IDH das mesorregiões paranaenses – 2000 e 2010

MESORREGIÃO	IDH/2000	IDH/2010
Metropolitana de	0,6843	0,7737

[2] Toda análise apresentada neste PPC a respeito do IDH das mesorregiões e microrregiões do Paraná foi realizada com base no seguinte artigo: LIMA, Jandir Ferrera de; TOMÉ, Luiz Henrique Paloschi. O desenvolvimento humano nos municípios da mesorregião noroeste paranaense. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 9, n. 1, pp. 99-116, jun./2014. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/35872 Acesso em: 01/11/2016.

Curitiba		
Norte Central	0,6677	0,7511
Oeste	0,6595	0,7490
Sudoeste	0,6327	0,7366
Centro Oriental	0,6283	0,7269
Noroeste	0,6268	0,7256
Centro Ocidental	0,6088	0,7202
Norte Pioneiro	0,6068	0,7110
Sudeste	0,5697	0,6910
Centro-Sul	0,5620	0,6823

Fonte: LIMA; TOMÉ (2014, p. 105-106)

Os dados demonstram que, entre 2000 e 2010, permaneceu inalterado o *ranking* da média do IDH entre as dez mesorregiões paranaenses. Observa-se, no entanto, clara melhoria nos índices de todas as mesorregiões. As mesmas mesorregiões que, em 2000, apresentaram desenvolvimento médio (0, 600 a 0,699), em 2010 obtiveram alto desenvolvimento (0,700 a 0,799). Por sua vez, aquelas mesorregiões que, em 2000, tinham desenvolvimento baixo (0,500 a 0,599) passaram para a faixa de desenvolvimento médio (0, 600 a 0,699), em 2010. Destaca-se que a mesorregião Noroeste figura entre as 8 mesorregiões paranaenses que, em 2010, conseguiram um índice de desenvolvimento alto (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 105-107).

Tabela 2 – Participação das mesorregiões no Produto Interno Bruto do Paraná – 2000 e 2010.

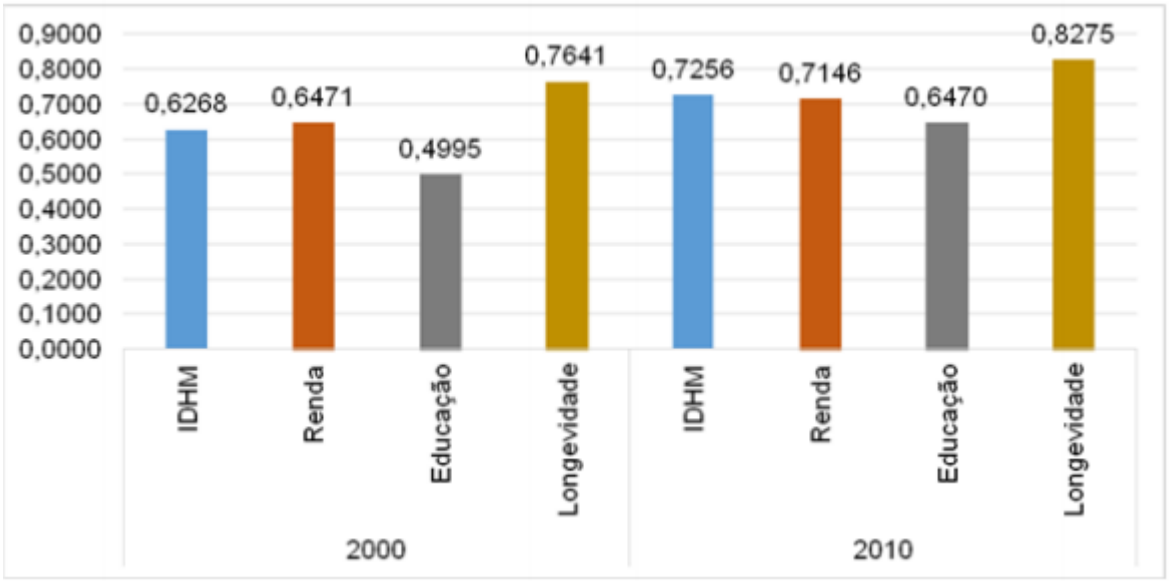
	2000		2010		Variação do PIB	Variação da participação
	PIB[1]	Participação	PIB[1]	Participação		
Paraná	158.695.906,56	100,00%	252.948.069,28	100,00%	59,39%	0,00%
Mesorregiões						
Centro-Ocidental	4.476.820,50	2,82%	6.001.657,96	2,37%	34,06%	-15,89%
Centro-Oriental	9.679.236,03	6,10%	14.695.214,04	5,81%	51,82%	-4,75%
Centro-Sul	5.016.442,81	3,16%	7.098.707,33	2,81%	41,51%	-11,22%
Metr. de Curitiba	71.225.751,29	44,88%	120.601.329,87	47,68%	69,32%	6,23%
Noroeste	6.290.018,40	3,96%	11.089.523,50	4,38%	76,30%	10,61%
Norte Central	26.777.985,58	16,87%	40.808.108,21	16,13%	52,39%	-4,39%
Norte Pioneiro	5.141.961,14	3,24%	7.764.930,63	3,07%	51,01%	-5,26%
Oeste	19.743.920,18	12,44%	28.462.156,52	11,25%	44,16%	-9,56%
Sudeste	3.578.681,95	2,26%	5.415.676,44	2,14%	51,33%	-5,06%
Sudoeste	6.765.088,69	4,26%	11.010.764,79	4,35%	62,76%	2,11%

[1]A preços de Agosto de 2013, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
Fonte: IPARDES (2014) *apud* LIMA; TOMÉ (2014, p. 105).

Observa-se que, entre 2000 e 2010, o PIB da mesorregião Noroeste foi o que mais cresceu (76,30%) entre todas as outras mesorregiões do Paraná. Ao analisar a participação das mesorregiões paranaenses no PIB total do Estado, observa-se que apenas três delas tiveram seus percentuais aumentados: a Noroeste, que passou de 3,96% a 4,38%; a Metropolitana de Curitiba, que mudou de 44,88% para 47,68%; e a Sudoeste, que se movimentou de 4,26% para 4,35%. Tais dados demonstram a colocação de destaque que a mesorregião Noroeste vem obtendo no plano econômico estadual (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 106).

A partir dos dados apresentados na Figura 01, percebe-se que tanto em 2000 quanto em 2010 a longevidade foi o elemento mais significativo no IDH da mesorregião noroeste, seguido pela renda e pela educação. No entanto, foi a educação que apresentou maior crescimento absoluto nesse mesmo período de tempo, seguida pela renda e pela longevidade. Os três índices aqui considerados melhoraram, importando ainda dizer que a longevidade vincula-se às condições de vida, de saúde, de renda e de educação. A qualidade de vida da população da mesorregião noroeste apresentou ganhos, tendo em vista, portanto, os esforços na esfera da saúde, educação e mercado de trabalho (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 107).

Figura 01 – Índice de Desenvolvimento Humano da mesorregião Noroeste Paranaense – 2000 e 2010.



Fonte: calculado a partir de dados do PNUD (2013) *apud* LIMA; TOMÉ (2014, p. 108).

Quando analisadas as três microrregiões paranaenses (Paranavaí, Umuarama e Cianorte) que compõem a mesorregião Noroeste do Paraná, vê-se que a microrregião Paranavaí posicionava-se, em 2000, com o maior IDH, caindo para a segunda posição em 2010. Entre 2000 e 2010, todos os subíndices dessa microrregião apresentaram melhoras e permaneceram com a seguinte colocação: longevidade, em primeiro lugar, seguida pela renda e pela educação. Destaca-se que a educação foi, dentre os indicadores aqui considerados, aquele que apresentou maior crescimento (elevação absoluta de 0,1362) na microrregião de Paranavaí, seguido pela renda (elevação de 0,0655) e pela longevidade (elevação de 0,0606) (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 108).

O IDH da microrregião Umuarama, por sua vez, ocupava a segunda colocação na mesorregião Noroeste em 2010, mas caiu para a terceira em 2010. A longevidade, em 2010, era o elemento com melhor índice, seguida pela renda e pela educação. A educação foi a aspecto que teve maior crescimento (elevação de 0, 1445), sendo seguida pela renda (elevação de 0,0698) e pela longevidade (elevação de 0,0594) (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 108).

A microrregião Cianorte, por fim, merece especial destaque, pois se em 2000 era a terceira colocada, passou para o primeiro lugar em 2010. Assim como ocorreu nas outras duas microrregiões, em Cianorte a longevidade também apresentou melhores resultados, seguida pela renda e pela educação. A educação, dentre os índices aqui considerados, foi o que mais apresentou crescimento (elevação de 0,1760), seguida pela longevidade (elevação de 0,0772) e pela renda (0,0663). Foi a microrregião Cianorte que mais avançou seu IDH entre 2000 e 2010, seguida por Umuarama e Paranavaí. Destaca-se, ainda, que cada uma das três microrregiões aqui consideradas, isto é, que compõem a mesorregião Noroeste Paranaense elevou a condição de seu IDH de médio para alto, com se pode verificar na Tabela 3. (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 108-109).

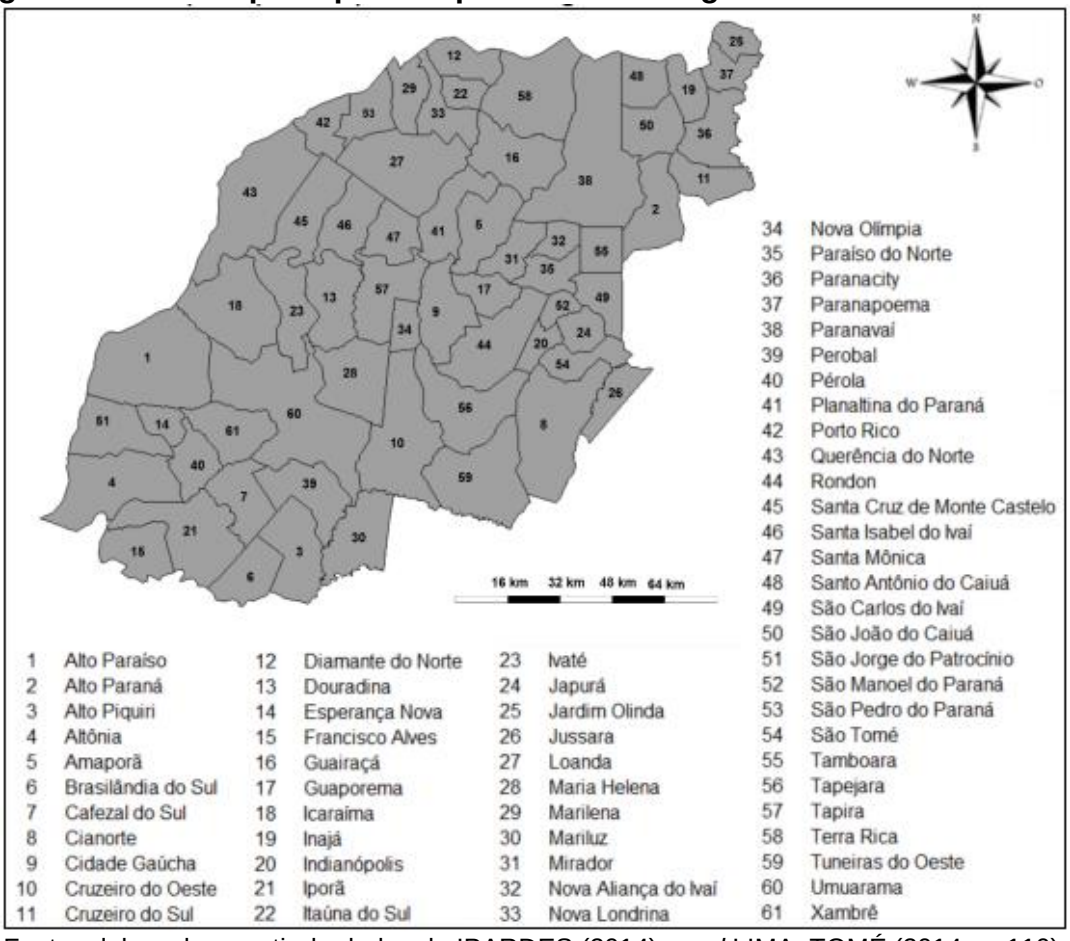
Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano das microrregiões inseridas na mesorregião Noroeste Paranaense – 2000 e 2010.

	2000				2010			
	IDHM	Renda	Educação	Longevidade	IDHM	Renda	Educação	Longevidade
Paranavaí	0,6333	0,6454	0,5126	0,7696	0,7258	0,7108	0,6488	0,8302
Umuarama	0,6241	0,6439	0,4956	0,7643	0,7215	0,7136	0,6401	0,8237
Cianorte	0,6193	0,6575	0,4803	0,7524	0,7331	0,7238	0,6564	0,8296

Fonte: calculado a partir de dados do PNUD (2013) *apud* LIMA; TOMÉ (2014, p. 109).

A mesorregião Noroeste Paranaense, como pode ser verificado na Figura 02, possui 61 municípios. Em 2010, o munícipio Paranavaí apresentou o maior IDH (0,7630), seguido de Umuarama (0,7610). Em 2000, Paranavaí já ocupava o primeiro posto (0,6920), enquanto Umuarama figurava na terceira colocação (0,6800). Em ambos os municípios, o fator longevidade apresentou melhor resultado, sendo seguido por renda e educação. Mariluz, em 2010, foi o município que contabilizou menor IDH da região, com 0,6390. (LIMA; TOMÉ ,2014, p. 109).

Figura 02 – Municípios que compõem a Mesorregião Noroeste Paranaense



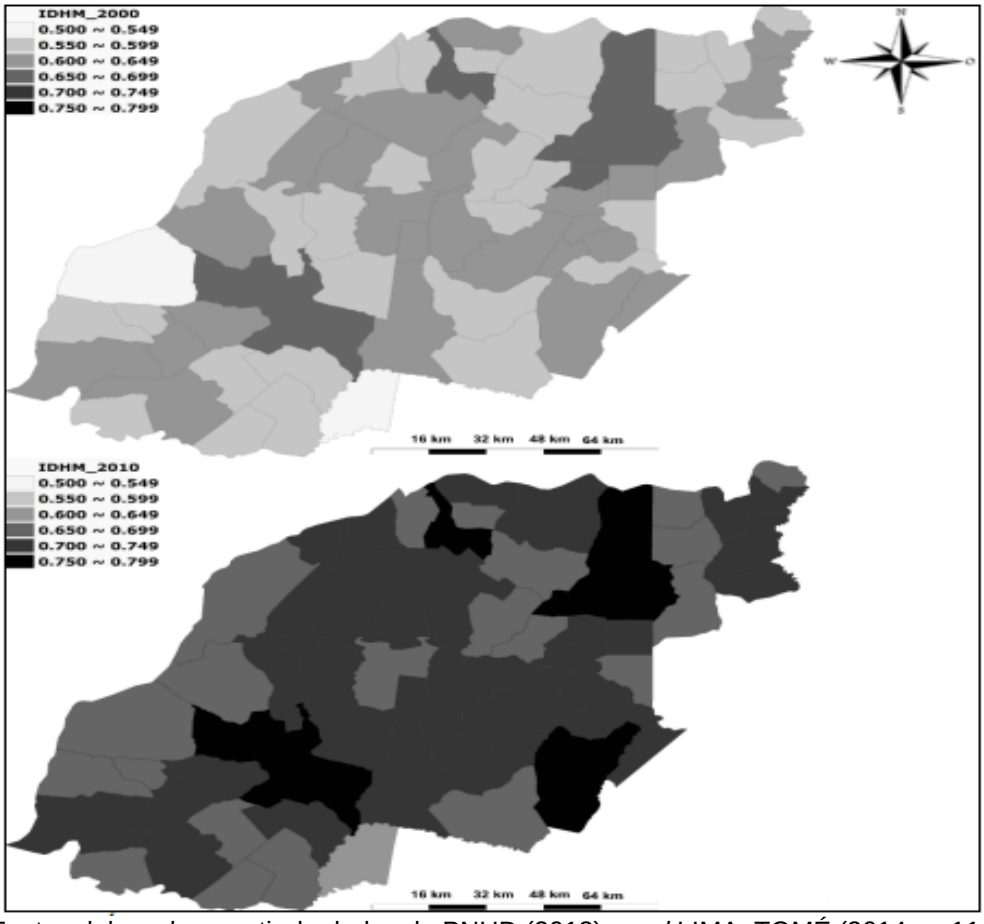
Fonte: elaborado a partir de dados do IPARDES (2014) *apud* LIMA; TOMÉ (2014, p. 110).

Considerando-se o IDH dos municípios da mesorregião Noroeste, verifica-se que a maior parte deles apresentou em 2000 e em 2010 a longevidade como melhor resultado, seguida pela renda e pela educação. Apenas Nova Aliança do Ivaí, no mesmo período, apresentou longevidade em primeiro lugar, seguida por educação e renda. Para 58 municípios, a educação foi o aspecto que mais apresentou crescimento no período, de modo que apenas em 03 municípios (São Jorge do Patrocínio, Jussara e São Manoel do Paraná) a renda foi o índice com maior ganho (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 109).

Guaporema e Inajá foram os municípios da mesorregião Noroeste que, entre 2000 e 2010, mais aumentaram seus índices de desenvolvimento, diferentemente de Icaraíma e Nova Aliança do Ivaí, que menos incrementaram seus respectivos IDHs (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 110)

Todos os municípios da mesorregião Noroeste melhoraram seus índices de desenvolvimento entre 2000 e 2010, como se pode verificar na Figura 03. Em 2000, 31 municípios tinham índices entre 0,500 e 0,599 (desenvolvimento baixo), enquanto 30 apresentavam índices entre 0,600 e 0,699 (desenvolvimento médio). Em 2010, há uma nítida melhora, já que nenhum município apontou índice abaixo de 0,600 – 22 municípios tiveram índices que variaram de 0,600 a 0,699 e 39 municípios tiveram índices entre 0,700 e 0,799 (desenvolvimento alto) (LIMA; TOMÉ, 2014, p. 110-111).

Figura 03 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios inseridos na mesorregião Noroeste Paranaense – 2000 e 2010.



Fonte: elaborado a partir de dados do PNUD (2013) *apud* LIMA; TOMÉ (2014, p. 111)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um importante instrumento para analisar a qualidade da educação brasileira. Segundo portal do Inep, o IDEB

> foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

O índice adotado varia de 0 a 10, o que nos leva a observar (Tabela 3) que os municípios que compõem a microrregião Paranavaí ainda precisam avançar

consideravelmente para obterem resultados ainda mais favoráveis em seus índices referentes aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental.

Tabela 3 – IDEB – Região Administrativa Paranavaí

MUNICÍPIOS	Anos Iniciais			Anos Finais		
	2011	2013	2015	2011	2013	2015
PARANÁ	5,4	5,8	6,1	4,1	4,1	4,3
Região Administrativa Paranavaí	...	...	...	...	...	...
Alto Paraná	5,5	5,3	5,9	4,4	4,4	4,6
Amaporã	4,8	4,4	5,0	3,3	3,5	4,0
Cruzeiro do Sul	5,4	5,8	5,3	4,2	4,3	3,7
Diamante do Norte	5,6	5,5	5,9	3,4	4,0	4,5
Guaiçará	4,4	4,5	4,9	4,4	4,8	4,7
Inajá	5,8	5,7	6,1	4,6	4,7	5,1
Itaúna do Sul	4,1	4,3	4,8	3,7	3,4	3,9
Jardim Olinda		5,5	6,0	4,6	4,6	4,8
Loanda	6,1	5,7	6,4	3,6	3,2	3,9
Marilena	6,2	6,8	6,9	4,1	4,1	4,5
Mirador		4,7	5,9	3,8	4,3	**
Nova Aliança do Ivaí	5,7		4,9	3,9		4,8
Nova Londrina	6,1	6,9	7,4	3,9	3,5	4,5
Paraíso do Norte	5,3	5,5	5,3	4,3	3,7	4,2
Paranacity	4,5	5,0	5,3	3,9	3,6	3,6
Paranapoema	4,6	5,9	5,2	3,9	3,5	4,1
Paranavaí	6,2	6,2	6,7	4,3	4,1	4,4
Planaltina do Paraná	5,5	5,7	5,2	3,1	3,0	3,7
Porto Rico		5,5	4,7	4,1	3,1	**
Querência do Norte	4,9	4,9	5,2	3,9	4,1	3,7
Santa Cruz de Monte Castelo	4,4	4,9	5,3	3,9	3,6	3,7
Santa Isabel do Ivaí	5,5	5,6	5,8	4,0	3,9	4,5
Santa Mônica	5,1	4,7	4,9	2,9	2,8	*

Santo Antonio do Caiuá	5,0	5,5	5,6	4,4	4,2	4,1
São Carlos do Ivaí	4,7	5,0	5,6	4,0	4,0	4,1
São João do Caiuá	4,8	5,0	5,6	4,2	4,1	4,4
São Pedro do Paraná			**	3,8	4,1	**
Tamboara	5,6	5,2	6,1	4,0	4,8	4,4
Terra Rica	5,3	5,1	5,4	4,3	4,4	4,4

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) varia de 0 a 10.
Observação:
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
Fonte: MEC/INEP

Acreditamos que o IDH e o IDEB da microrregião Paranavaí podem apresentar melhores resultados se novas ações que contemplem a formação docente sejam amplamente desenvolvidas. Tal microrregião apresenta grande contingente de funções docentes (Tabela 4) e de alunos matriculados (Tabela 5), configurando-se enquanto realidade portadora de demandas educacionais consideráveis.

Tabela 4 – Funções docentes (ensinos regular, especial e EJA) presentes em cada município da microrregião Paranavaí – 2015

MUNICÍPIO	Nº de funções docentes
Alto Paraná	146
Amaporã	57
Cruzeiro do Sul	56
Diamante do Norte	81
Guaiçará	73
Inajá	44
Itaúna do Sul	62
Jardim Olinda	30
Loanda	327
Marilena	107
Mirador	38
Nova Aliança do Ivaí	27
Nova Londrina	217
Paraíso do Norte	176
Paranacity	167

Paranapoema	46
Paranavaí	1087
Planaltina do Paraná	73
Porto Rico	33
Querência do Norte	150
Santa Cruz de Monte Castelo	144
Santa Isabel do Ivaí	131
Santa Mônica	77
Santo Antonio do Caiuá	51
São Carlos do Ivaí	81
São João do Caiuá	89
São Pedro do Paraná	58
Tamboara	59
Terra Rica	201

Consideraram-se as seguintes modalidades de ensino: educação infantil – creche e pré-escolar (ensino regular); ensino fundamental (ensino regular); ensino médio (ensino regular); educação profissional (ensino regular); educação especial (ensino especial); e educação de jovens e adultos (EJA).
Foram consideradas, ainda, as seguintes dependências administrativas: federal, estadual, municipal e particular.
A um só tempo, um docente pode trabalhar em dois municípios ou mais, atuar em duas ou mais instituições com dependências administrativas diferentes e atuar em modalidades de ensino diferentes.
Fonte: MEC/INEP *apud* Cadernos IPARDS

Tabela 5 – Matrículas da microrregião Paranavaí – 2015

MUNICÍPIO	Matrículas que cada município da microrregião Paranavaí possui no Ensino Regular – 2015 (1).	Matrículas que cada município da microrregião Paranavaí possui na Educação Especial – 2015 (2).	Matrículas que cada município da microrregião Paranavaí possui na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 2015 (3).	TOTAL
Microrregião Paranavaí	59.640	1.776	3.199	64.615
Alto Paraná	2.702	90		2.792
Amaporã	1.254	14	21	1.289
Cruzeiro do Sul	965	1	10	976
Diamante do Norte	1.305	47	57	1.409
Guaiçará	1.270	41	74	1.385
Inajá	581	11	97	689

Itaúna do Sul	781	51		832
Jardim Olinda	374			374
Loanda	4.859	191	171	5.221
Marilena	1.538	58	9	1.605
Mirador	473		14	487
Nova Aliança do Ivaí	336	5		341
Nova Londrina	2.934	93	224	3.251
Paraíso do Norte	2.770	91	196	3.057
Paranacity	2.491	103	136	2.730
Paranapoema	559	2		561
Paranavaí	18.521	332	1.368	20.221
Planaltina do Paraná	948	27	13	988
Porto Rico	595			595
Querência do Norte	2.538	96	111	2.745
Santa Cruz de Monte Castelo	1.676	66	121	1.863
Santa Isabel do Ivaí	1.699	66	130	1.895
Santa Mônica	812	27		839
Santo Antonio do Caiuá	572	32	7	611
São Carlos do Ivaí	1.169	52	39	1.260
São João do Caiuá	1.215	74	70	1.359
São Pedro do Paraná	552	41		593
Tamboara	872	46		918
Terra Rica	3.279	119	331	3.729

OBSERVAÇÕES:

(1) Foram consideradas diferentes modalidades de ensino, sendo elas: educação infantil – creche e pré-escolar; ensino fundamental – inclui matrículas do ensino de 08 e 09 anos; ensino médio – inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino médio integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério; e educação profissional. Consideraram-se, ainda, as seguintes dependências administrativas: federal, estadual, municipal e particular.

(2) Os dados referem-se ao aluno que é de turma exclusiva com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades e/ou superdotação (classes especiais). Foram consideradas diferentes modalidades de ensino, sendo elas: educação infantil – creche e pré-

escolar; ensino fundamental; e educação de jovens e adultos (EJA). Consideraram-se, ainda, as seguintes dependências administrativas: federal, estadual, municipal e particular.

(3) Os dados referem-se às matrículas de turmas destinadas às pessoas que não cursaram o ensino fundamental e/ou o médio em idade própria. Foram consideradas diferentes modalidade de ensino, sendo elas: ensino fundamental e ensino médio. Consideraram-se, ainda, as seguintes dependências administrativas: federal, estadual, municipal e particular.
Fonte: MEC/INEP *apud* IPARDS (2016).

A oferta do curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí legitima-se, na medida em que articula educação, cultura, cidadania e capacitação profissional e responde às demandas educacionais e socioeconômicas da microrregião Paranavaí, assim como determinado pela legislação brasileira e pela natureza legal dos institutos federais.

5. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

A escolarização brasileira historicamente se estruturou conferindo pouco espaço tanto à interação entre professores de diferentes áreas do saber quanto à participação coletiva de todos os membros da comunidade escolar na elaboração de conhecimento. Discussões pedagógicas de cunho “construtivista” têm demonstrado que tal perspectiva é muito engessada, já que não permite a formação integral do sujeito – que acaba sendo limitado à aquisição de conhecimentos fragmentados e pouco aplicáveis à realidade – e entende a escola como lugar pouco dinâmico – isto é, unicamente voltada à transferência e aquisição de códigos científicos e tecnológicos, e não como espaço de construção coletiva do saber.

A legislação brasileira, no entanto, já determina o fomento de práticas pedagógicas mais dinâmicas, que fundamentadas em princípios democráticos, estejam atreladas à resolução dos problemas inerentes à realidade social em que os sujeitos se inserem. Determina-se, portanto, a formação integral do sujeito claramente defendida pelos seguintes instrumentos legais que regem o curso aqui apresentado: Resolução CNE/CP Nº2/2015, Resolução CONSUP/IFPR Nº9/2014 e a dimensão político-pedagógica estabelecida no Plano de desenvolvimento Institucional do IFPR (2014-2018).

Sendo assim, nossa proposta de pós-graduação procura, atendendo a determinações já presentes em nossa legislação educacional e reconhecendo a deficiência de formação dos profissionais da educação no que se refere a tais determinações, oferecer uma formação continuada que contemple um eixo formativo organizado a partir de duas principais concepções: “interdisciplinaridade” e “produção coletiva do saber no contexto escolar”.

Por interdisciplinaridade, entendemos todos os empreendimentos teóricos e práticos que procuram articular diferentes campos do saber para a compreensão dos fenômenos sociais. Como todas as ciências advêm e se reportam aos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos de uma coletividade, a interdisciplinaridade entende que os sujeitos apenas conseguem desenvolver uma olhar mais global da realidade quando se empoderam dos diferentes códigos disciplinares e conseguem, a partir deles, promoverem uma leitura mais ampla da realidade. Precisamos observar que a concepção de interdisciplinaridade que estamos adotando não dispensa as especificidades epistemológicas dos campos de saber e, por conseguinte, de suas respectivas disciplinas. O movimento proposto consiste em fazer com que disciplinas, de diferentes metodologias e enfoques, *interajam* para a compreensão dos fenômenos sociais. Entendemos que tal interação é possível, pois todo conhecimento se estrutura mediante circunstâncias e necessidades criadas pela própria sociedade.

A “produção coletiva do saber no contexto escolar” é por nós entendida como um processo que articula duas outras principais compreensões. A primeira delas consiste em entender que todo saber construído pode ser resultado da contribuição de vários sujeitos, já que todos eles possuem uma visão e um conhecimento da realidade que devem ser especialmente valorizados. A segunda compreensão, por sua vez, entende que os contextos escolares possuem realidades e problemas próprios a serem considerados durante todo o processo de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, esperamos que a Pós-graduação em *Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar* possa, de um modo geral, promover a formação interdisciplinar dos profissionais da educação básica, capacitando-os para desenvolverem práticas pedagógicas situadas em contextos escolares específicos e fundamentadas na produção conjunta e democrática de conhecimento.

6. OBJETIVOS DA PROPOSTA

Com Base na Resolução CNE/CP Nº2/2015, na Resolução CONSUP/IFPR Nº9/2014 e na dimensão político-pedagógica estabelecida no Plano de desenvolvimento Institucional do IFPR (2014-2018), apresentamos como objetivos para o curso:

Objetivo Geral

Promover a formação interdisciplinar dos profissionais da educação básica, capacitando-os para desenvolverem práticas pedagógicas situadas em contextos escolares específicos e fundamentadas na produção conjunta e democrática de conhecimento.

Objetivos Específicos

- Ampliar o acesso dos profissionais da educação à formação continuada, em especial aos programas de Pós-graduação *lato sensu*;
- Promover efetivas interações disciplinares nos contextos escolares, a fim de que os fenômenos sociais sejam compreendidos de forma global;
- Entender os contextos escolares como espaços legítimos para a produção conjunta de conhecimento, reconhecendo saberes e práticas sociais de toda comunidade escolar;
- Reconhecer que os aspectos culturais, políticos e econômicos nos quais os contextos escolares se inserem são intrínsecos a todo processo de ensino aprendizagem, devendo sempre ser considerados pela atuação pedagógica;
- Estimular o diálogo entre os profissionais da educação, tendo em vista o caráter plural e dinâmico dos contextos escolares;
- Pensar sobre a importância da educação e do conhecimento científico no processo de reafirmação da cidadania e dos valores democráticos;

- Estabelecer diálogos entre o IFPR-Campus Paranavaí e as instituições de ensino presentes na região, reconhecendo possíveis parcerias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e inovação;
- Dinamizar as interações profissionais entre os docentes que atuam no IFPR-Campus Paranavaí, abrindo caminhos para a implantação de novos projetos de pesquisa, extensão e inovação e estimulando a projeção de um futuro Programa de pós-graduação *Stricto Sensu*.

7. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A Resolução CONSUP/IFPR Nº9/2014 determina que:

Art. 2º § 1º II. Os cursos de Especialização, presenciais ou a distância, propõem-se a aprofundar conhecimentos e habilidades tecnológicas, preparando especialistas em setores das atividades acadêmicas e profissionais, e deverão ter uma carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme disposto no Artigo 5º da Resolução CNE/CES Nº 01/2007;

Art. 13. Parágrafo único. Não serão computadas as horas de estudo individual ou em grupo, sem acompanhamento do docente, bem como o reservado para elaboração do trabalho de conclusão de curso, conforme Art. 5º da Resolução CNE/CES nº 01/2007.

Art. 14. A matriz curricular pode ser organizada em módulos, com disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, bem como atividades acadêmicas previstas no Projeto Político de Curso (PPC) do curso.

§ 1º Os cursos de Especialização voltados à capacitação docente devem apresentar módulo que verse sobre Metodologia de Pesquisa e, minimamente, oitenta horas de disciplinas didático-pedagógicas:

II. Os cursos de Especialização que têm por finalidade a formação docente deverão ser constituídos por professores licenciados, da mesma maneira que a concepção do curso deve ter como diretriz a qualificação da práxis docente, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e a inovação no que se refere às tecnologias voltadas à educação.

§ 2º A matriz de Especialização deve apresentar Seminários de Pesquisa, entendidos como espaços para o diálogo e a discussão das propostas de pesquisa, como também outras atividades realizadas por meio de processos dialéticos, instrumentações tecnológicas aplicadas, práticas de docência, oficinas, entre outras.

§ 3º As atividades dos cursos de Especialização devem privilegiar a práxis nas diversas áreas de conhecimento.

Observando tais determinações legais, o curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar contará com a oferta de 09 disciplinas obrigatórias, assim discriminadas:

- 07 disciplinas didático-pedagógicas, de modo que 06 delas terão carga horária individual de 33,34 hora relógio/40 hora aula e 01 delas terá carga horária de 66,68 hora relógio/80 hora aula. O curso contará, portanto, com 266,72 hora relógio/320 hora aula de disciplinas didático-pedagógicas;
- 01 disciplina sobre Metodologia de Pesquisa, intitulada Pesquisa em Educação, que contabilizará 66,68 hora relógio/80hora aula;
- 01 disciplina de Seminário de Pesquisa, intitulada Seminário de Pesquisa em Educação, que será abordada em 33,34 hora relógio/40 hora aula.

A carga horária total das disciplinas que compõem o curso será 366,74 hora relógio/440 hora aula, não sendo contabilizadas as horas de estudo individual ou em grupo, sem acompanhamento do docente, bem como o reservado para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

As disciplinas foram pensadas tendo em vista o caráter plural do público alvo e a necessidade de promover discussões interdisciplinares na esfera da práxis docente. Condicionamos tais componentes curriculares às seguintes linhas pesquisa: Linha 1 – Perspectivas interdisciplinares no processo de ensino de aprendizagem; Linha 2 – Interdisciplinaridade e formação do professor; e Linha 3 – Políticas públicas e interdisciplinaridade.

Nota-se que procuramos desenvolver uma grade curricular capaz de fomentar o diálogo entre os profissionais da educação e, por conseguinte, a elaboração de

contextos escolares profícuos para a construção coletiva do conhecimento, para o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas e para o desenvolvimento de tecnologias educacionais inovadoras. Observamos que todos os professores da Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar possuem formação em licenciatura e um tempo considerável de atuação docente, o que permitirá a construção de espaços de discussão favoráveis ao intercâmbio de saberes e experiências.

7.1 Cronograma das atividades

	2017											
EVENTOS	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Divulgação do curso			X									
Inscrições				X								
Processo seletivo					X							
Registro acadêmico (matrículas)						X						
Componentes curriculares ofertados							X	X	X	X	X	X

	2018											
EVENTOS	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Componentes curriculares ofertados	X	X	X	X	X	X						
Período de elaboração e apresentação do TCC							X	X	X	X	X	
Entrega da versão final do TCC												X

8. CORPO DOCENTE

Nome	Formação Acadêmica	Instituição a que pertence	Regime de trabalho/Contrato	Componente Curricular	Carga Horária (h)	Carga Horária h/a
Bárbara Poli	Licenciada em	IFPR/Campus	Dedicação	Letramento,	33,34	40

Uliano Shinkawa	Letras/Português-Inglês (UNESPAR) Especialista em Ensino de Língua Inglesa (ESAP/UNIVALE) Mestra em Letras (UEL)	Paranavaí	Exclusiva/Efetivo	Identidade e Aprendizagem		
Ester Cristina Back Schulz	Licenciada em Ciências de 1º Grau – Habilitação em Matemática (UNESPAR) Licenciada em Música (UEL) Bacharela em Turismo e Hotelaria (UNOPAR) Especialista em Gestão Ambiental em Municípios (UTFPR) Mestra em Turismo e Hotelaria (UNIVALI)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Perspectivas interdisciplinares no ensino da arte	66,68	80
Felipe Augusto Moreira Bonifácio	Bacharel, Licenciado e Mestre em Geografia (UEM)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Ciberespaço e mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem	33,34	40
Felipe Luiz Gomes Figueira	Licenciado em História (UNESPAR) Licenciado em Pedagogia (UNINTER) Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado (UFSM) Mestre em Educação (UEL) Doutor em Educação (UNESP)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Currículo, História e Políticas Públicas	33,34	40
Gabriela Fujimori da Silva	Licenciada em Letras/Português-Inglês e Especialista em Língua Portuguesa e Literaturas (UNESPAR)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Leitura e escrita como práticas inter e transdisciplinares	33,34	40
Josimar Priori	Licenciado, Bacharel e Mestre em Ciências Sociais (UEM)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Pesquisa em Educação	66,68	80

Luana Pagano Peres Molina	Licenciada em História, Especialista em Psicologia Aplicada à Educação e Mestra em História (UEL)	IFPR/Campus Paranavaí	40 horas/Substituto	Currículo, História e Políticas Públicas	33,34	40
Lucas de Melo Andrade	Bacharel, Licenciado e Mestre em História (UFOP)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Interdisciplinaridade e construção conjunta do conhecimento no contexto escolar	33,34	40
Marcelo Lopes Rosa	Licenciado em Filosofia (PUC-PR) Bacharel em Administração (UNESPAR) Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino (UTFPR) Especialista em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar (ESAP/UNIVALE)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Currículo, História e Políticas Públicas	33,34	40
Rafael Petermann	Licenciado em Letras/Português-Inglês (UNESPAR) Especialista em Educação (UTFPR) Mestre em Letras (UEM)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Letramento, Identidade e Aprendizagem Pesquisa em Educação	33,34 66,68	40 80
Renato Rodrigues dos Santos	Licenciado em Matemática (UEM) Especialista em Educação Matemática (Faculdade Maringá) Mestre em Matemática (UEM)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Aplicações da Matemática em contextos escolares interdisciplinares	33,34	40
Taynara Alcântara Cangussú	Licenciada em Letras/Português-Inglês e Mestra em Letras (UEM)	IFPR/Campus Paranavaí	Dedicação Exclusiva/Efetivo	Seminário de Pesquisa em Educação Leitura e escrita como práticas inter e transdisciplinares	33,34 33,34	40 40
Viviane	Licenciada em	IFPR/Campus	Dedicação	Aplicações da	33,34	40

Moretto da Silva Fuly	Matemática (UFMS) Licenciada em Pedagogia (UNESP) Especialista em Ensino de Matemática e Mestra em Matemática (UNICAMP)	Paranavaí	Exclusiva/Efetivo	Matemática em contextos escolares interdisciplinares		

O corpo docente do curso é integrado por 13 professores, sendo 01 doutor (7,69%), 10 mestres (76,92%) e 02 especialistas (15,38%). Portanto, 84,61% dos docentes têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, conforme tabela abaixo:

TITULAÇÃO MAIOR	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	01	7,69%
Mestrado	10	76,92%
Especialização	02	15,38%
TOTAL	13	100,00%

8.1 Produção acadêmica dos docentes do curso

Nome do Docente/*lattes*	Principais produções acadêmicas
Bárbara Poli Uliano Shinkawa http://lattes.cnpq.br/2321750635380605	Desde a especialização, suas pesquisas foram direcionadas para a confluência entre áreas do saber e culturas. No mestrado, sua pesquisa analisou a reverberação da filosofia do trágico na poesia brasileira modernista de Marly de Oliveira. No doutorado, continuou a pesquisar os diálogos possíveis entre as culturas e consequentemente entre as diversas áreas do conhecimento. Seu trabalho, em vias de finalização, aborda a questão da mestiçagem tendo em vista as produções de Gilberto Freyre e Jorge Amado, assim, acabou por trabalhar a questão identitária do mestiço brasileiro e a própria noção de brasilidade. Desses anos de pesquisa, têm participações em congressos com apresentação de trabalhos, publicações em Anais, artigos em revistas acadêmicas e três capítulos de livro (um deles ainda no prelo), todos voltados para interdisciplinaridade e a confluência de áreas.

Ester Cristina Back Schulz http://lattes.cnpq.br/9168603280952876	Concluiu o Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (2006); Pós-Graduação em Gestão ambiental em Municípios pela UTFPR (2010); Graduação em Turismo e Hotelaria pela Universidade Norte do Paraná (2002); Licenciatura em Música pela Universidade Estadual de Londrina (2002); e Graduação em Ciências de 1º Grau - Habilitação em Matemática pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (1993). Orientou 04 monografias de Pós-Graduação em Planejamento Turístico e 01 em Gestão Ambiental, além de ter orientado 37 trabalhos de Conclusão de Curso. Ministrou aulas em Pós-Graduação *lato sensu* das seguintes instituições: Cesumar/Maringá, Facinor/Loanda e Fafiman/Mandaguari. Foi professora do Curso Superior em Turismo - Ensino à Distância na Unopar/Londrina. Ministrou Cursos na Área de Canto Coral e Educação Musical. Ampla experiência em consultoria em Turismo e Hotelaria. Foi Coordenadora do Projeto de Implantação de Hotelaria Hospitalar no Hospital Maringá. Foi professora dos Cursos de Turismo e Hotelaria - Unicesumar; Professora do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental - Fatecie/Paranavaí. Professora da disciplina de Arte no Colégio Paroquial Nossa Senhora do Carmo; Professora de Artes do Colégio Fatecie Premium - Ensino Médio. Foi Regente dos Corais Cidade Poesia de Paranavaí nas categorias adulto e Infantill; Regente Coral SICOOB de Paranavaí. Atualmente, é Docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Paranavaí nos cursos Técnicos em Informática, Agroindústria e Eletromecânica.
Felipe Augusto Moreira Bonifácio http://lattes.cnpq.br/6280795625319427	Inserido na dimensão da Geografia Humana, seus estudos trafegam pela fronteira dos conceitos de paisagens e imagens, relacionando-os de modo transdisciplinar com a questão do ciberespaço, das mídias digitais e dos dispositivos. A linguagem cinemática e fotográfica permeia de modo propositivo toda esfera de criação, no sentido de posicionar arte e ciência como categorias propulsoras de transformação do espaço humano e consequentemente no modo de interagir e perceber a paisagem. Desse modo, as principais obras estão inseridas na produção de vídeo-documentários, vídeo-arte, videoinstalações e ensaios fotográficos, todos balizados pelo mestrado defendido e apresentando junto ao programa de pós-graduação em Geografia da UEM, intitulado *Paisagens e a Interpretação do Real: a Montagem e a Imagem Política do Cotidiano*. Referido trabalho está em desdobramento no projeto *Cinema Arte e Educação*,

	realizado no IFPR - Campus Paranavaí, e no *Núcleo de Estudos de mobilidade e Mobilização* (NEMO), com base na Universidade Estadual de Maringá.
Felipe Luiz Gomes Figueira http://lattes.cnpq.br/6096596033912162	Toda sua formação é voltada às práticas pedagógicas, sendo que possui Licenciatura em História e em Pedagogia, Aperfeiçoamento em Atendimento Pedagógico Especializado e Mestrado e Doutorado em Educação. De tal forma, suas produções acadêmicas também são voltadas a questões em torno do ensino-aprendizagem, formação de professores, políticas públicas e interdisciplinaridade. Também coordena o *Grupo de Pesquisa Bildung*, registrado no CNPQ e que tem como objetivo investigar a educação como um todo, com um corpo de pesquisadores interdisciplinar. Assim sendo, sua preocupação acadêmica é a de compreender o universo que perpassa a formação de professores, seja em seus aspectos teóricos, seja em seus aspectos relacionados às políticas públicas. Abaixo, são indicadas suas principais produções acadêmicas: BARBOSA, M. A.; **FIGUEIRA, F. L. G.** . A influência de Alceu Amoroso Lima na pedagogia católica no contexto brasileiro do início do século XX. Revista Brasileira de História da Educação, v. 16, p. 379-385, 2016. ANTUNES, R. S. P. ; DIAS JUNIOR, J. B. ; **FIGUEIRA, F. L. G.** ; JENSEN, S. . ANÁLISE DO “PROGRAMA MULHERES MIL” NO IFPR, CAMPUS PARANAVAÍ: A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DE MULHERES EM BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO. Holos (Natal. Online), v. 1, p. 1-17, 2016. **FIGUEIRA, F. L. G.**; WEBER, J. F. A crítica ao eruditismo no jovem Nietzsche. Filosofia e Educação, v. 6, p. 75-87, 2014. **FIGUEIRA, F.** Por uma nova imagem de inclusão. Filosofia (São Paulo), v. 97, p. 54-62, 2014. **FIGUEIRA, F. L. G.**; ROSA, M. L. Apontamentos para uma crítica às imagens metafísicas da educação. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 1, p. 1-7, 2014. **FIGUEIRA, F. L. G.**. Como se formar além da (in)formação?. Filosofia (São Paulo), v. 1, p. 14-20, 2014.

	FIGUEIRA, F. L. G.. Dos inconvenientes e inutilidades do eruditismo para a vida. Boletim - Centro de Letras e Ciências Humanas (UEL), v. 1, p. 23-40, 2013. **FIGUEIRA, F. L. G.**. O problema do conhecimento (in)útil. Filosofia (São Paulo), v. 1, p. 14-23, 2012.
Gabriela Fujimori da Silva http://lattes.cnpq.br/8245264087634689	Possui graduação em Letras (Português - Inglês) pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2008). Especialista em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Estadual do Paraná (2009). Mestranda na Área de Letras, Estudos Literários, pela UEM. Atuou em escolas particulares de línguas. Docente de Língua Portuguesa e Redação no Colégio Paroquial de Paranavaí (2012). Docente de Língua Portuguesa na Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco de Paranavaí (2009 - 2015). Atualmente, é docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí, com atuação na área de Língua Portuguesa e LEM – Inglês.
Josimar Priori http://lattes.cnpq.br/3442141453573185	É graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Entre suas áreas de pesquisa e ensino, a temática da educação sempre ocupou centralidade. Tem realizado trabalhos na área de educação e ensino de sociologia, com foco especial na pedagogia libertária, concepção que busca produzir uma educação integral capaz de romper com a fragmentação do conhecimento, conectar os saberes disciplinares e garantir o protagonismo do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Entre as publicações, destaca-se a produção dos livros didáticos *Sociologia da Educação* e *Fundamentos Teóricos e Metodológicos das ciências sociais*, obras nas quais reflete sobre as diferentes concepções de educação e as tendências sociais nas quais elas se inserem. A área de concentração do seu mestrado é em sociedade e políticas públicas, o que, juntamente com seus estudos sobre educação, qualifica-o para atuar na especialização *Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar*, especialmente na linha de pesquisa “Políticas públicas e Interdisciplinaridade”.
Luana Pagano Peres Molina http://lattes.cnpq.br/4702661126898507	Licenciada em História, especialista em Psicologia Aplicada à Educação, Mestre em História Social na linha de Ensino e Doutoranda em Educação na linha Educação, Cultura e Subjetividade. Desenvolve

	pesquisas, participa de eventos acadêmicos e palestras nas áreas de educação popular, educação sexual, identidade, políticas públicas educacionais e interdisciplinaridade. Em seu doutoramento, teve a oportunidade de pesquisar um Bachillerato Popular na Argentina, estabelecendo interfaces entre politicas públicas educacionais, direitos humanos e a comunidade LGBTTTI. Possui experiência em capacitação e formação de docentes, já que desde 2011 oferta oficinas sobre diversidade sexual e educação sexual no âmbito escolar. Membro de grupo de pesquisa em Educação e Subjetividade da UFSCAR desde 2013 e possui relevantes publicações dentro das temáticas de pesquisa.
Lucas de Melo Andrade http://lattes.cnpq.br/7087811973128343	Possui licenciatura, bacharelado e mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É membro dos seguintes grupos de pesquisa cadastrados no Cnpq: *Bildung*, que procura discutir as possíveis interfaces estabelecidas entre Filosofia, Educação e Modernidade; e *NUSEINTEC – Núcleo de Sociedade, Educação e Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Paraná*, que se volta às reflexões multidisciplinares acerca das potencialidades do conhecimento técnico-científico na sociedade. A partir de sua pesquisa iniciada ainda na graduação e cristalizada durante o mestrado, participou de eventos e produziu artigos acadêmicos com o objetivo de discutir a vulgarização/popularização da ciência no Brasil do século XIX, tendo como fonte principal o romance *O Doutor Benignus*, escrito e publicado por Augusto Emílio Zaluar. Durante a graduação, participou de projeto de extensão intitulado *Perspectivas para o Letramento em História*, por meio do qual pôde produzir artigos e participar de eventos destinados à discussão de temáticas específicas à área da educação. Esteve vinculado à Pós-Graduação *lato sensu Políticas Públicas com Ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais*, oferecida na modalidade a distância pela UFOP, sendo tutor, membro de 36 bancas julgadoras de trabalho de conclusão de curso e orientador de 19 trabalhos de trabalhos de conclusão de curso. Em âmbito qualitativo, sua atuação em tal especialização trouxe-lhe importantes benefícios, sendo eles: 1) enriqueceu seu perfil como pesquisador, pois o vinculou a metodologias de pesquisa pertencentes a outras áreas do conhecimento; 2) dinamizou sua *práxis* docente, já que o fez perceber que a educação a distância possui metodologias de ensino adequadas ao novo mundo criado pelo ciberespaço; 3) apresentou-lhe

	às temáticas de inclusão social (direitos humanos e políticas públicas afirmativas), tão caras ao projeto institucional dos institutos federais; 4) ampliou seu diálogo com profissionais da educação, que compunham grande parcela dos indivíduos que procuravam a especialização como forma de garantir uma formação continuada de qualidade. Em relação à docência, atuou durante um ano como professor substituto no Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Branco, ministrando aulas de História e Sociologia para o ensino médio integrado ao técnico. Desde o início de 2016, assumiu seu cargo como professor efetivo no Instituto Federal do Paraná, nele atuando como professor de História no Ensino Médio Integrado ao técnico e como professor da disciplina *Sociedade e Ética Profissional* destinada ao curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS). Ainda no IFPR – Campus Paranavaí, tem orientado trabalhos de pesquisa e extensão, organizado eventos acadêmicos, participado de bancas referentes a processos seletivos simplificados para contratação de professores substitutos, atuado em posição administrativa específica e integrado comissões de naturezas diversas. Diante do exposto, vê-se que o profissional atua em clara perspectiva interdisciplinar, o que legitima sua participação como professor e coordenador da especialização que neste PPC se estrutura.
Marcelo Lopes Rosa http://lattes.cnpq.br/2421918464544264	Possui formação acadêmica em Filosofia e Administração de empresas, com pós-graduação *lato sensu* em ensino e gestão escolar. É vinculado ao grupo de pesquisa *Bildung*, que tem a finalidade de discutir filosofia e educação. Vincula-se também ao grupo de pesquisa *Nuseintec*, que busca discutir o papel da educação técnica e suas diversas áreas de formação. Atua como coordenador do projeto de pesquisa *Cinema na escola* e dos seguintes projetos PBIS de extensão e inclusão social: *Cine Sophia – aprendizado de cinema com significado*; *Memórias de um campus*; *Arte, cinema e educação*. Tais projetos procuram relacionar artes, educação, filosofia e as diversas áreas do conhecimento presentes nas obras cinematográficas e na organização de roteiros e memória da instituição. Possui produção de artigo sobre educação e resumo expandido sobre erudição e sincretismo religioso. Realiza orientações de trabalhos de conclusão de curso sobre: cinema e papel social da mulher, animação em Flash de conceitos filosóficos,

	intolerância religiosa.
Rafael Petermann http://lattes.cnpq.br/0254355466054562	Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Grupo de Pesquisa *Letramento, Etnografia, Interação, Aprendizagem e Multilinguismo* (LEIAM). Desenvolve pesquisas sobre leitura, escrita e interação na sala de aula a partir das bases teóricas do Novos Estudos do Letramento e da Análise da Conversa Etnometodológica. Suas produções mais recentes entendem a interação social como lugar da construção conjunta de conhecimento e investigam, a partir de dados gerados em contexto institucional de sala de aula, como os participantes de um dado empreendimento interacional produzem ação social para lidar com objetos de aprendizagem emergentes e contingentes do aqui-e-agora de um dado encontro social. Nesse sentido, suas produções e interesses de pesquisa têm natureza interdisciplinar e intentam produzir inteligibilidade acerca dos métodos/procedimentos interacionais utilizados por interagentes no trabalho de produzir conhecimento em conjunto em contextos institucionais, com preferência para contextos escolares.
Renato Rodrigues dos Santos http://lattes.cnpq.br/6543775126480945	Licenciado em Matemática (UEM), Especialista em Educação Matemática (Faculdades Maringá), possui Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT-UEM), Mestrando em Ensino de Física (MNPEF-UEM). Atuou por nove anos na rede Estadual de Educação do Paraná como professor de Matemática no Ensino Fundamental e Médio. Nessa mesma rede, atuou também como professor de Física no Ensino Médio, por 7 anos. Desenvolve pesquisas com o uso do Software Geogebra no Ensino de Matemática; Problemas de Fermi (problemas de estimativas) no Ensino de Física; Análise de Erros no Ensino de Matemática.
Taynara Alcântara Cangussú http://lattes.cnpq.br/6293909644057350	É licenciada em Letras, habilitação em Inglês e Português e literaturas correspondentes, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Possui mestrado em Letras, na área de Ensino- Aprendizagem de línguas, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade e trabalha, atualmente, como professora no Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí. Ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional, desenvolveu diversos trabalhos nas áreas de ensino de língua Inglesa, aquisição da escrita, ensino de Língua portuguesa e literatura. Dentre eles, destaca-se o que se intitula *A heterogeneidade dos gêneros em produções textuais infantis*. Nesse trabalho, Cangussú (2015) enfatiza a

	importância de se trabalhar as relações entre os diversos gêneros em sala de aula. Na prática, isso significa também valorizar a relação de semelhança dos gêneros que circulam em disciplinas diversas, como, por exemplo, comandos de problemas matemáticos e comandos de produções textuais, o que culmina na valorização da interdisciplinaridade. Além desse, também desenvolveu dois outros trabalhos que têm suas gêneses fundadas na relação interdisciplinar, principalmente entre as disciplinas de história, sociologia, psicologia e letras. São eles: *As concepções de educação e de criança em livros destinados às meninas da década de 50* e *A relação mulher x trabalho em romances da biblioteca das moças*. No primeiro, conhecimentos de todas essas disciplinas foram mobilizados para uma análise que delineasse a representação da sociedade da década de 50 sobre os conceitos educação e de criança. No segundo, essa mesma mobilização foi necessária para a compreensão do modo como a sociedade da década de 50 representava a noção de trabalho. À parte desses trabalhos teóricos, durante a carreira docente, desenvolveu trabalhos práticos que contribuíram com a formação interdisciplinar. A título de exemplo, destaca-se um trabalho que desenvolveu em 2016, envolvendo professores de português e matemática na orientação de uma pesquisa estatística sobre os gostos literários da comunidade escolar. Por fim, ressalta-se a participação nos grupos de pesquisa *Estudos sobre a linguagem* (UNESP) e *Estudos sobre Aquisição da escrita* (UEM). Em ambos os grupos, a mobilização de conhecimentos interdisciplinares é frequente e imprescindível para entender questões relacionadas à linguagem.
Viviane Moretto da Silva Fuly http://lattes.cnpq.br/7711877030415375	Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mestre em Matemática pela Unicamp, professora da educação básica desde 2004 e de ensino superior em 2007, quando voltou suas produções acadêmicas para a área educacional, obtendo ainda os títulos de Especialista em Matemática pelo programa RedeFor na Unicamp, estudando *A importância da leitura na resolução de problemas nas aulas de Matemática* e Licenciada em Pedagogia pela UNESP, estudando *O trabalho com a Matemática na Educação Infantil*. Atuou em cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia, orientando trabalhos de conclusão de cursos que estudaram a construção do conhecimento matemático na criança e participou com a autoria do capítulo *Em busca da democratização da*

	Matemática no livro *Educação em Debate: saber docente e abordagem da prática pedagógica*. Atualmente, desenvolve projetos de pesquisa e ensino no Instituto Federal do Paraná, principalmente buscando alternativas metodológicas para a inserção da matemática em práticas interdisciplinares com alunos do ensino técnico integrado ao médio.

8.2 Grupos de Pesquisa envolvidos

Nome do Grupo de Pesquisa/espelho	**Descrição do Grupo de Pesquisa**	**Nome (s) do (s) docente (s) vinculado (s)**
Bildung http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6958968413338847	O Grupo de Pesquisa Bildung insere seus objetivos nos pontos de convergência entre Filosofia e Educação e busca se configurar enquanto espaço de crítica e reconstituição das múltiplas relações entre Filosofia e Educação, em especial na modernidade. Além disso, tem por objetivo investigar a atualidade do pensamento de Friedrich Nietzsche, bem como a crítica e interpretação da filosofia nietzschiana, a partir dos seguintes núcleos temáticos: 1º. O projeto moderno de esclarecimento e a educação; 2º A aproximação dos alemães em relação aos gregos; 3º O conceito de formação (Bildung) em filosofia, literatura e educação; 4º As relações entre educação e moral. O presente Grupo busca,	Bárbara Poli Uliano Shinkawa; Felipe Luiz Gomes Figueira; Gabriela Fujimori da Silva; Lucas de Melo Andrade; Marcelo Lopes Rosa

	ainda, estabelecer vínculos com pesquisadores do Brasil e do exterior, além de promover a produção bibliográfica e a realização de eventos científicos.	
Centro de Estudos da Metrópole / Programa CEPID/FAPESP http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5770428193510798	Desde sua criação, o CEM desenvolve, através de uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, estudos avançados sobre temas relacionados às transformações sociais, econômicas e políticas das metrópoles contemporâneas, dando ênfase ao caso brasileiro. Os estudos feitos visam contribuir para os debates nacional e internacional sobre desigualdades sociais e espaciais e, para tal, abrangem comparações entre contextos urbanos e metropolitanos de diferentes regiões do Brasil e de outros países. A produção científica do Centro parte de várias tradições disciplinares para estudar os processos de transformação sócio-espaciais em curso em metrópoles, em especial brasileiras. Além disso, a partir das pesquisas, tem o compromisso de transferir esse conhecimento - sob a	Josimar Priori

	forma de novas tecnologias, indicadores ou metodologias -, de modo a torná-lo acessível tanto às diversas esferas de governo - subsidiando políticas públicas - como à sociedade civil.	
Diversidade em Educação http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5726916773664065	O grupo teve sua origem em 2006 quando estava sediado na Universidade Federal do Paraná, tendo, posteriormente, transferido sua sede para a Universidade Federal de São Carlos. As temáticas debatidas pelO grupo têm em comum a visão de que a educação deve ser um espaço não só de produção do conhecimento científico, mas também do exercício de cidadania, bem como o desenvolvimento de políticas afirmativas da diversidade. Isso implica discutir os sujeitos que reivindicam seu espaço no currículo escolar, a exemplo das minorias étnicas e raciais, dos indivíduos com necessidades educativas especiais, das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar. O grupo consolida uma aproximação entre	Luana Pagano Peres Molina

	os/as pesquisadores/as da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul que vem ocorrendo nos últimos anos. Se constitui em três principais eixos de pesquisa: 1)Educação, Gênero e Sexualidade. 2) Subjetividade, Imaginário e Educação. 3) Educação, cidadania e diversidade. Através deles, visa discutir o tema da diversidade no espaço educativo, nas práticas sociais e também nas produções culturais do imaginário,que na modernidade exercem também grande função educativa, visando formar representações afirmativas de diversidade e de cidadania. As/os pesquisadoras/es do grupo têm divulgado suas pesquisas em alguns dos principais periódicos científicos do país. No ano de 2008 organizamos o dossiê "Educação, gênero e sexualidade" que foi publicado na Revista Pro-posições, um importante periódico nacional da área da educação, editado pela	

	UNICAMP.	
Estudos sobre a aquisição da escrita http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2459255590304106	O grupo tem como temática central a relação oral/escrito vista a partir da materialidade da escrita em constituição. Os projetos desenvolvidos têm se concentrado no estudo de dados de escrita infantil, em particular, de crianças das séries iniciais do ensino fundamental, com ou sem dificuldades na aquisição da escrita. A finalidade das pesquisas desenvolvidas é o debate e a discussão a respeito dos fatores linguísticos envolvidos na aquisição da escrita pelas crianças, bem como a reflexão sobre (i) as bases sócio-históricas desse processo; (ii) a emergência de padrões e/ou de regularidades linguísticas; (iii) os processos dialógicos dessa atividade discursiva; e, por fim, (iv) a crítica à medicalização da aquisição da escrita. Os trabalhos do grupo fundamentam-se numa abordagem linguístico-discursiva dos fatos da linguagem e têm sido divulgados por meio da apresentação de comunicações, palestras e cursos em eventos, bem como	Taynara Alcântara Cangussú

	por meio de publicações.	
Estudos sobre a linguagem http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0775944850086319	Com base em teorias lingüísticas e/ou lingüístico-discursivas, as atividades do Grupo têm se voltado para um maior conhecimento das questões envolvidas na aquisição e no funcionamento da linguagem. O fenômeno lingüístico é observado tanto em contextos considerados como de normalidade quanto naqueles considerados como patológicos. Vêm sendo explorados os modos de enunciação falado, escrito e cantado da linguagem. No que se refere à aquisição da linguagem (em seus modos de enunciação falado e escrito), três tipos de preocupação motivam as pesquisas: (1) as bases sócio-históricas e biológicas para esse processo; (2) a emergência de padrões e/ou de regularidades lingüísticas; e (3) os processos dialógicos na atividade discursiva. No que se refere ao funcionamento da linguagem (em seu modo de enunciação cantado), as preocupações se voltam: (1) também para os processos dialógicos da linguagem; e (2) para a	Taynara Alcântara Cangussú

	integração entre o componente prosódico da linguagem e aspectos musicais	
GIEMEM – Grupo Interdisciplinar de Estudos em Modelagem na Educação Matemática http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1925030070947940	Estudos e pesquisas sobre Modelagem Matemática na Educação Matemática que interferem na qualidade do ensino de Matemática.	Viviane Moretto da Silva Fuly
Grupo de Estudos e Pesquisa em Astronomia – GEPA http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9891378034442491	O GEPA conta com as seguintes linhas de pesquisa: Aplicação de Softwares Matemáticos para o Ensino de Matemática; Ensino de Física; Ensino e Pesquisa em Astronomia; Física do Estado Sólido; e Mecânica dos Fluidos.	Renato Rodrigues dos Santos
Grupo de Fluidos Complexos/UEM http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9082896092107805	O Grupo de Fluidos Complexos da UEM (GFCx-UEM) tem investigado, nos últimos anos, propriedades ópticas, elétricas e físico-químicas de cristais líquidos, hidrogeis, PDLCs, fluidos magnéticos, e, mais recentemente, de óleos essenciais e de óleos vegetais. Numa vertente mais aplicada, o GFCx-UEM investiga os efeitos mecano e eletro-ópticos que ocorrem em fases isotrópicas e nemáticas de cristais líquidos. Dessas investigações resultou a proposta inovadora de um sensor de vibrações mecânicas utilizando um cristal líquido liotrópico. Esse	Renato Rodrigues dos Santos

	invento, inclusive, foi objeto da patente pioneira depositada pela Universidade Estadual de Maringá. Mais recentemente, o GFCx-UEM vem investigando o comportamento elétrico de soluções iônicas por meio da técnica de Espectroscopia de Impedância Elétrica e obtendo excelente concordância dos resultados experimentais com um modelo teórico que considera a difusão iônica no interior da solução como um processo anômalo. Uma das mais inovadoras e pioneiras linhas de investigação do GFCx-UEM , está o estudo de defeitos topológicos em fases nemáticas de cristais líquidos liotrópicos e as suas respectivas dinâmicas de formação e de aniquilação. A partir dessas investigações, o GFCx-UEM propõe, inclusive, a utilização dos cristais líquidos como um laboratório cosmológico.	
Literaturas africanas e afro-brasileira: mar negro em língua portuguesa http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9750248918476949	O Grupo de pesquisa pretende reunir os estudos das literaturas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, bem como os estudos sobre a produção afro-	Bárbara Poli Uliano Shinkawa

	brasileira, envolvendo as questões de identidade/alteridade, memória, história, cultura, gênero, etnia, religiosidade bem como promover a valorização da história e cultura dos diferentes povos que vieram para o Brasil.	
Letramento, etnografia, interação, aprendizagem e multilinguismo (LEIAM) http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2708277331550644	O grupo letramento, etnografia, interação, aprendizagem e multilinguismo (LEIAM) reúne pesquisadores interessados em investigar e descrever os diversos letramentos presentes em nossa sociedade, procurando articulá-los com o contexto sócio-cultural e multilíngue (línguas e suas variedades) e reconhecer a sua relação com a aprendizagem escolar. Teorias que concebem o letramento como prática social farão parte do arcabouço teórico-metodológico. Desse modo, do ponto de vista metodológico, a etnografia possibilitará a geração de dados qualitativos que permitam conhecer as práticas de letramento da família e da escola frequentada pela criança. Além disso, a teoria abarcará a Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) e a Sociolinguística	Rafael Petermann

	Interacional que orientarão a descrição de ações as quais possam subsidiar questões referentes à aprendizagem. Participarão do grupo pesquisadores, tais como, alunos de pós-graduação, alunos de graduação envolvidos em projetos de iniciação científica, professores e outras pessoas da comunidade interessadas em refletir sobre o ensino e a aprendizagem escolar, especialmente em contextos sociolinguisticamente complexos. O grupo também deverá promover eventos nos quais o escopo das discussões alcance também os professores do ensino fundamental e médio, de forma a contribuir com a prática escolar.	
NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7041539200092691	O NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas estuda os circuitos sociais e os dispositivos de administração dos grupos urbanos considerados 'marginais' na cidade contemporânea, como jovens de periferia, moradores de rua, usuários de drogas, traficantes, criminosos e prostitutas. Rompendo com o senso comum e as abordagens que	Josimar Priori

	costumam figurá-los como 'excluídos' da vida social, pretende-se verificar que relações esses sujeitos 'marginais' estabelecem entre si e com outras instâncias sociais e políticas, como a família, o mercado de trabalho, as igrejas, as políticas sociais, o 'mundo do crime' e o Estado. Os objetivos específicos são: i)etnografar os mecanismos de gestão interna dessas populações(códigos de conduta, léxico, moralidades, sociabilidades etc.); ii) etnografar as relações desses sujeitos 'marginais' com as esferas da família, do trabalho,políticas sociais, religião, polícia, políticas de atendimento, 'mundo do crime' etc.; iii) comparar, inicialmente, esses circuitos 'marginais' em diferentes territórios urbanos (atualmente em Sapopemba, Heliópolis, Jandira, São Bernardo e centro de SP, além de São Carlos e Rio de Janeiro).	
NEMO – Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5034805610698157	O Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO é um grupo de pesquisa de cunho interdisciplinar que se fundamenta nos estudos de mobilidade	Felipe Augusto Moreira Bonifácio

	humana a partir da produção do espaço. A dinâmica das populações, o desenvolvimento local sustentado, as políticas públicas; as redes urbanas e o mundo do trabalho são as linhas básicas de ação dos pesquisadores envolvidos no grupo. O grupo orienta as discussões dos pesquisadores de iniciação científica e de mestrado, bem como profissionais da educação que desenvolvam trabalhos em consonância com as linhas do grupo. O grupo até o momento tem desenvolvido suas atividades vinculado ao Departamento de Geografia DGE/UEM e do Programa de Pós Graduação em Geografia - PGE/UEM e vem tendo apoio também da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e da Pró Reitoria de Extensão. Existe a perspectiva do estabelecimento de intercâmbio internacional com a Universidade de Rio Quarto - Argentina. e o CRIA (Centre de Recherche Sur L' Industrie et L' A).	
NUSEINTEC – Núcleo de Sociedade, Educação e Inovação Tecnológica do Instituto Federal do Paraná dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0859536888362513	O NUSEINTEC é um grupo de pesquisa multidisciplinar constituído por	Bárbara Poli Uliano Shinkawa; Felipe Luiz

	docentes, técnicos administrativos e estudantes do IFPR Campus Paranavaí, atuaantes em projetos na Linha de Pesquisa Institucional intitulada Sociedade, Educação e Inovação Tecnológica. Tem como objetivo contribuir para produção científica e tecnológica, bem como incentivar a participação de discentes em atividades investigativas, em busca de uma formação integrada do ensino com a pesquisa. Visa, também, o fortalecimento de atividades de pesquisa abordando temas atuais relacionados à sociedade e educação, bem como buscando atender aos arranjos produtivos regionais, como o setor industrial, por meio de pesquisas que buscam o desenvolvimento tecnológico no intuito de otimizar a produção, a qualidade e os custos de produtos e serviços oferecidos à população. Atua em várias áreas, como: computação gráfica, realidade virtual e aumentada, engenharia, ciência, educação, humanidades, entre	Gomes Figueira; Lucas de Melo Andrade; Marcelo Lopes Rosa

	outras afins.	

9. METODOLOGIA DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE

O professor poderá valer-se de várias estratégias pedagógicas, tais como: aulas expositivas ou interativas, discussão e debate dos conteúdos expostos, oficinas, exibição de filmografia, leituras, dramatizações, sistematização de leitura de textos em sala, estudos dirigidos, entre outros.

De acordo com a Portaria CONSUP/IFPR nº 120, de 06 de agosto de 2009, que estabelece os critérios de avaliação do processo de ensino e aprendizagem do IFPR, o professor poderá utilizar vários meios para operacionalizar a avaliação de seus alunos, sendo eles: seminários, trabalho individual e/ou grupal, texto escrito e/ou oral, demonstração de técnicas em laboratório, dramatização, artigo científico, resenhas, autoavaliação e/ou quaisquer outros meios avaliativos que o docente achar pertinente e prever no plano de ensino de seu componente curricular, desde que estejam de acordo com o procedimento de avaliação orientados pela Portaria CONSUP/IFPR nº 120.

Como também determinado pela Portaria CONSUP/IFPR nº 120, o estudante será aprovado em um componente curricular quando for atribuído um conceito A (aprendizagem plena), B (aprendizagem parcialmente plena) ou C (aprendizagem suficiente) ao conjunto das avaliações definidas pelo plano de ensino desse mesmo componente curricular. Portanto, um aluno será considerado reprovado em um componente curricular quando não atingir um conceito igual ou superior a C, isto é, quando obtiver o conceito D (aprendizagem insuficiente). Para ser aprovado em um componente curricular, isto é, para obter os créditos referentes a uma disciplina, o aluno **ainda** precisa possuir uma frequência mínima de 75% referente à carga horária desse mesmo componente. Assim, é reprovado por falta em um componente curricular o aluno que possuir uma frequência inferior a 75% à carga horária desse mesmo componente curricular. A avaliação final do curso deverá ser feita por meio de arguição do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

As determinações indicadas abaixo, presentes na Portaria CONSUP/IFPR nº 09/2014, aplicam-se à especialização que aqui apresentamos:

Art. 15. § 4º A defesa pública do trabalho de conclusão de curso é obrigatória para cursos de especialização que têm como característica a formação docente.

Art. 28. § 1º O curso será considerado concluído após a integralização dos créditos ou módulos previstos, cumprimento de carga horária e a defesa pública do trabalho de conclusão de curso, para os cursos que têm essa exigência descrita no seu PPC;

Art. 28 § 5º Serão considerados aprovados no curso de especialização os estudantes cujos trabalhos de conclusão de curso obtiverem conceitos A, B, ou C, conforme Portaria nº 120/2009 [...].

Para concluir a Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar, o cursista ainda precisa obter presença mínima de 75% em relação à carga horária total do curso.

10. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

Observa-se o seguinte artigo da Resolução CONSUP/IFPR nº 09/2014:

Art. 23. Os estudantes matriculados poderão solicitar aproveitamento de saberes adquiridos ou disciplinas formalmente cursadas e concluídas em outros Programas de Pós-Graduação, mediante comprovação por meio de instrumento de avaliação ou declaração emitida pela Instituição onde estudou.

§ 1º O limite de aproveitamento de saberes certificados ou disciplinas cursadas em outros Programas ou Instituições não poderão ultrapassar 30% da carga horária total do curso.

$ 2º O aluno poderá requerer dispensa de disciplinas ou módulos de aprendizagem mediante aceitação de créditos em disciplinas ou módulos equivalentes obtidos em outros cursos de Pós-Graduação, cabendo à Coordenação do curso sua apreciação e deferimento.

Considerando tal artigo e seus respectivos parágrafos, resolvemos que no curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar:

1. O aproveitamento de estudos será feito mediante o reconhecimento da identidade ou equivalência entre componentes curriculares, suas cargas horárias e ementas, totalizando, no mínimo, 75% de similaridade entre as ementas. Somente serão considerados para aproveitamento de estudos os componentes curriculares cursados nos últimos 02 (dois) anos.
2. São passíveis de aproveitamento os estudos realizados em outro curso de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*). Não terão validade e não poderão ser aproveitados estudos feitos em cursos livres ou em estabelecimentos que funcionam sem a devida autorização legal.
3. A análise do aproveitamento e revalidação dos componentes curriculares ficará a cargo do Colegiado do Curso, tendo como base a legislação vigente dos cursos de Pós-Graduação do IFPR.
4. Os documentos que deverão ser apresentados para a análise do aproveitamento de estudos no ato da matrícula são:

- histórico escolar original ou documento equivalente que ateste os componentes curriculares cursados, a respectiva carga horária, a nota ou o conceito, e o período letivo de integralização;
- cópia autenticada pela Instituição de origem das ementas dos componentes curriculares cursados e aprovados, constantes no histórico escolar;
- documento expedido pela Instituição de origem em que conste o número e a data do ato de autorização ou reconhecimento do curso.

5. Para os componentes curriculares cursados em Pós-Graduação no IFPR, poderão ser dispensados os documentos originais ou cópias autenticadas.
6. O aproveitamento de componentes curriculares não poderá exceder 30% da carga horária total do curso.

7. O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser efetuado na Secretaria Acadêmica do IFPR – Campus Paranavaí, no ato da matrícula, acompanhado dos documentos citados anteriormente.

11. MATRIZ CURRICULAR

Componente curricular*	Carga horária total (h)/Créditos	
	Hora relógio	Hora aula
Interdisciplinaridade e construção conjunta do conhecimento no contexto escolar	33,34	40
Letramento, Identidade e Aprendizagem	33,34	40
Currículo, História e Políticas Públicas	33,34	40
Perspectivas interdisciplinares no ensino da arte	66,68	80
Leitura e escrita como práticas inter e transdisciplinares	33,34	40
Ciberespaço e mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem	33,34	40
Aplicações da Matemática em contextos escolares interdisciplinares	33,34	40
Pesquisa em Educação	66,68	80
Seminário de Pesquisa em Educação	33,34	40
Total	366,74	440

*Todos os componentes curriculares indicados são obrigatórios para a conclusão do curso.

12. EMENTA, BIBLIOGRAFIA E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Componente curricular: Interdisciplinaridade e construção conjunta do conhecimento no contexto escolar
Carga horária teórica: 25h Carga horária prática: 8,34h Carga horária total: 33,34h
Ementa: O conceito de interdisciplinaridade. Interdisciplinaridade e formação docente. Potencialidades da interdisciplinaridade no contexto escolar. Escola e produção conjunta do conhecimento. Interação da comunidade escolar. O professor pesquisador em sua realidade de atuação. A avaliação em meio às práticas escolares interdisciplinares. Interdisciplinaridade, escola e democracia.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, Gabriela Girão de; PUGGIANI, Cleonice; GOMES, Vinicius. Os enfretamentos em busca pela interdisciplinaridade escolar. **Nucleus**, 01 May 2013, Vol.10(1), pp.79-90. Disponível em: http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/870 Acesso em: 31/10/2016.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. A dimensão ética da interdisciplinaridade. **Roteiro**, 2014, Issue 1, pp.39-48. Disponível em: http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/6352 Acesso em: 31/10/2016.

FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; KIECKHOEFEL, Leomar; PEREIRA, Luiza Percevallis; SOARES, Arlete Zanetti. Avaliação e Interdisciplinaridade. **Revista Interd.**, São Paulo, Volume 1, número 0, pp.23-37, Out, 2010. Disponível em: < http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 128 p.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, 01 June 2014, Vol.11(1), pp.1-22. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p1 Acesso em: 31/10/2016.

ROJAS, Jucimara Silva; SANTANA, Ferreira Franchys Marizette Nascimento. Os desafios e perspectivas de uma práxis pedagógica integradora: a interdisciplinaridade em questão. **Revista Interd.**, São Paulo, v. 1, n. 4, pp. 26-37, abr. 2014. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

Bibliografia complementar:

CALLONI, Humberto. Breve ensaio sobre o conceito de interdisciplinaridade e a noção de "totalidade" em Paulo Freire. **Educação**: Revista do Centro de Educação UFSM, 01 February 2002, Vol.27(1), pp.112-119. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/4707 Acesso em: 31/10/2016.

DUTRA, Claudio. Interdisciplinaridade: a construção de novos valores sociais na pós-modernidade. **Revista Educação Especial**, 01 April 2012, Vol.0(0), pp.33-41. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5255 Acesso em: 31/10/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Didática e interdisciplinaridade.** 6. ed.

Campinas: Papirus, 2001. 192 p. (Coleção práxis).

FAZENDA, Ivani. A formação do professor pesquisador – 30 anos de pesquisa. **Revista Interd.**, São Paulo, Volume 1, número 0, pp.01-10, Out, 2010. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. **Revista Interd.**, São Paulo, v. 1, n.1, pp. 10-23, out. 2011. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas e as condições de produção. **Revista Interd.**, São Paulo, v. 1, n. 2, pp. 34-42, out. 2012. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes Fazenda. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. **Revista Interd.**, São Paulo, v. 1, n. 6, pp. 09-17, abr. 2015. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

FERREIRA, Nali Rosa Silva. Currículo: espaço interdisciplinar de experiências formadoras do professor da escola de educação básica. **Revista Interd.**,São Paulo, Volume 1, número 0, pp.11-22, Out, 2010. Disponível em: http://www.pucsp.br/gepi/revista_interdisciplinaridade.html Acesso em: 31/10/2016.

GARCIA, Joe. O futuro das práticas de interdisciplinaridade na escola. **Revista Diálogo Educacional**, 01 January 2012, Vol.12(35), pp.211-232. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd99=issue&dd0=281 Acesso em: 31/10/2016.

MACHADO, Vitor Barletta. O longo caminho da interdisciplinaridade: relato de experiência. **Revista Eletrônica de Educação**, 01 May 2013, Vol.7(1), pp.416-432. Disponível em: http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/509 Acesso em: 31/10/2016.

SILVA, Wagner Rodrigues. Construção da interdisciplinaridade no espaço complexo de ensino e pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, 01 August 2011, Vol.41(143), pp.582-605. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200013&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 31/10/2016.

Componente curricular: Letramento, Identidade e Aprendizagem
Carga horária teórica: 25h Carga horária prática: 8,34h Carga horária total: 33,34h
Ementa: Estudo do letramento como prática social. Identidades sociais (re)produzidas em contexto escolar. Aprendizagem como ação social.
Bibliografia básica: JUNG, N. **Identidades Sociais na Escola**: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue. 2003. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003. LOPES, Marcela de Freitas Ribeiro. A fala-em-interação de sala de aula contemporânea no Ensino Médio: o trabalho de fazer aula e fazer aprendizagem de língua espanhola. 2015. 197f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. SIGNORINI, Inês (org.) **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. STREET, Brian. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: Marinho, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (orgs.). **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010. STREET, Brian. **Letramentos Sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
Bibliografia complementar: ABELEDO, María de la O Lopes. **Uma compreensão etnográfica da aprendizagem de língua estrangeira na fala-em-interação de sala de aula**. 2008. 217f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. ABELEDO, Maria de La O López; *et al*. Uma compreensão etnometodológica de aprendizagem em proficiência em uma língua adicional. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, v.53, n.1, p.131-144, jan./jun. 2014. CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias.* In: **Revista do Instituto de estudos brasileiros**, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89. CARRARA, Sérgio; *et al*. (org.) **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/es em gênero sexualidade, orientação sexual e relações étinico-raciais.

Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

CARVALHO, Sueleny Ribeiro. **A identidade na fronteira deslizante dos estereótipos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis***:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala:** formação da família patriarcal sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GARCEZ, Pedro de Moraes. A organização da fala-em-interação social: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento. **Caleidoscópio**. Unisinos, v.4, n.1, p.66-80, jan./abr.2006.

GARCEZ, Pedro Moraes; FRANK, Ingrid.; KANITZ, Andreia. Interação social e etnografia: sistematização do conceito de construção conjunta do conhecimento na fala-em-interação de sala de aula. **Calidoscópio**.Unisinos. v.10, n.2, p.211-224, mai/ago, 2012.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós- Modernidade***.* 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KANITZ, Andreia; FRANK, Ingrid. Aprendizagem enquanto produção conjunta de conhecimento: avançando tarefas e alcançando entendimentos satisfatórios na fala-em-interação. In **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte, v.14, n. 1, p. 111-140, 2014.

KLEIMAN, Angela.; MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Org.). **Letramento e formação do professor:** práticas discursivas, representações e construção do saber . 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

KLEIMAN, Angela; ASSIS, Juliana. (org.) **Significados e ressignificações do letramento.** Campinas: Marcado de Letras, 2016.

MAHER, T. M. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Linguística aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem***:* identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Apresentação. In: _____(org.) **Superando o racismo na escola***.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.p. 15-20.

_____. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. In: **Crítica e Sociedade***:* revista de cultura política*.* Dossiê Relações Raciais e Diversidade Cultural, v. 4, n.1, 2014, p. 34-45.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença***:* a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

UFLACKER, Cristina Marques. **Fazer avaliar na construção do participante competente em sala de aula.** 2012. 223f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, Michael et al. (Org.). **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VÓVIO, Claudia; SITO, Luanda; DE GRANDE, Paula. (org.) **Letramentos:** rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Componente curricular: Currículo, História e Políticas Públicas
Carga horária teórica: 25h Carga horária prática: 8,34h Carga horária total: 33,34h
Ementa: Estudo analítico a respeito do currículo e das políticas educacionais no Brasil, com ênfase: na política educacional e contexto das políticas públicas; educação para direitos humanos, cidadania e democracia; Matrizes Curriculares; Currículo e Identidade; O discurso curricular: fragmentos e totalidades; O cotidiano da escola e seus currículos: práticas discursivas, cultura escolar e diversidade; Contribuições da pesquisa sobre currículo na formação de educadores; Expansão do sistema público de ensino no Brasil: desafios, contradições e possíveis saídas; Educação, violência e desigualdade.
Bibliografia básica: APPEL, Michael; BURAS, Kristen L. (orgs.). **Currículo, poder e lutas educacionais**: Com a palavra os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008. AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos**: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008. DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus,

1994.
GOODSON, Ivon F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Bibliografia complementar:

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: 6 (11): 24-39, 1993. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/440.pdf

BOSCHILIA, Roseli. A escola, o ensino e o rito: cultura escolar e modernidade. In: ALMEIDA, Malu (org.). **Escola e modernidade:** saberes instituições e práticas. Campinas: Alínea, 2004. p. 127-138.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Bomtempo, 2005.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Manderlay: um pretexto para refletir sobre escola, identidade e diferença. **Cadernos De Educação** (Pelotas), Pelotas, RS, v.17, n.30, p.89-108, jun. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VEIGA, Gynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. n° 21, p. 90-103, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a07

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Contrapontos**. Vol. 2, n° 4, jan-abr., p. 43-51, 2002a. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01.pdf

_____ . De geometrias, currículo e diferenças. **Educação e Sociedade**. n°79, p. 163-186, 2002b. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10853.pdf

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Silvana Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

Componente curricular: Perspectivas interdisciplinares no ensino da arte

Carga horária teórica: 33,34h
Carga horária prática: 33,34h
Carga horária total: 66,68h

Ementa: A arte como meio de comunicação e expressão; Perspectivas interdisciplinares no ensino da arte; A sensibilização perceptiva: o corpo e suas potencialidades rítmicas e expressivas em arte-educação; O Teatro na Educação; Musicalização: uma linguagem ao alcance de todos; Culturas e Artes do Brasil: formação e configurações contemporâneas; Jogos e Brincadeiras na Educação.

Bibliografia básica:

ABEM. Associação Brasileira de Educação Musical. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem

BAUMER, Édina Regina. A música no ensino da arte: relações entre linguagens ou interdisciplinaridade? **Poiésis**, 01 July 2012, Vol.5 (Nº Esp. IV Simfop & Educs), pp.161-175.

DUARTE, Paulo César Xavier; SANTOS, Micaele Pereira. Musicalizando o saber matemático: uma proposta interdisciplinar. **Nucleus** [1678-6602] yr: 2014 pp. 57-68.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2000.

PROENÇA, Graça. **Descobrindo a História da Arte**. São Paulo: Ática, 2005.

SCHAFER, R. Murray. **Educação sonora**: 100 exercícios de escuta e criação de sons. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2010. 141 p.

SCHAFER, R. Murray. **O ouvido pensante**. 2. ed. atual. São Paulo: UNESP, 2011. 390p.

SCHAFER, R. Murray; FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira (Tradutor). **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 381 p.

SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais**: o fichário de Viola Spolin . São Paulo: Perspectiva, 2012. 92 p.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. xxviii, 349 p. (Estudos ; 62).

SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais para a sala de aula**: um manual para o professor. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 321 p.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, A. M.; COUTINHO, R. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Unesp, 2009.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **A Imagem no ensino da arte**: anos 1980 e novos tempos. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 149 p. (Estudos; 126).

BENNETT, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Da SILVA, Josie; NEVES, Marcos. Arte e Ciência: Possibilidades de Reaproximações na Contemporaneidade. **Interciencia**, Jun 2015, Vol.40(6), pp.423-432.

GOMBRICH, Ernest H. **A História da Arte**. 16ªed. São Paulo: LCT, 2000.

KINDERSLEY, DORLING. **Grandes pinturas**. Tradução de Maria da Anunciação Rodrigues. São Paulo: Publifolha, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2007.

STRICKLAND, Carol. **Arte Comentada**: da Pré-história ao Pós-moderno. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SPOLIN, Viola. **O jogo teatral no livro do diretor**. 2. ed. São Paulo: Perpectiva, 2004. 154 p.

Componente curricular: Leitura e escrita como práticas inter e transdisciplinares

Carga horária teórica: 25h
Carga horária prática: 8,34h
Carga horária total: 33,34h

Ementa: Concepções de leitura e escrita e o trabalho com essas habilidades em práticas escolares diversas

Bibliografia básica:

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. **Introdução à Linguística.** São Paulo: Cortez, 2012.

PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.

SANTOS, I. S. Literatura infantil e interdisciplinaridade na sala de aula pré-escolar. **Nuances.** Vol. V. Jul. 1999.

SOLÉ, I; **Estratégias de leitura.** Porto Alegre, 1988.

TERRA, E.; NICOLA, J. de. **Práticas de Linguagem:** leitura e produção de textos. São Paulo, 2010.

Bibliografia complementar:

ARAGÃO, R. et. al. Leitura crítica e procedimentos estatísticos aplicados no campo de psicologia. **Avances en psicología latino-americana.** 2015.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São. Paulo: Hucitec, a999.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Trad. Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1984.

KASSAR, M. C. M. O óbvio/silenciado das marcas do humano: comentários sobre os processos educativos escolares, a partir de uma leitura das contribuições de Angel Pino. **Cad. CEDES**. vol.35. Campinas Dec. 2015

GERALDI, J. W. Texto: um problema para o exercício de capatazia. **Contexto e Educação**, Ijuí, 4(16): 79-85, 1989.

_____. A sala de aula é uma oficina de dizer idéias. **Nova Escola**. (set.), 18-20, 1994.

_____. Convívio paradoxal com o ensino da leitura e escrita. **Cadernos de Estudos Lingüísticos.** (31): 127-44, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

RITTER, L. B. **Em busca dos produtores de sentido na aula de leitura**. (dissertação) Programa de Pós-Graduação em Letras, UEM, Maringá, 1999.

Componente curricular: Ciberespaço e mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem
Carga horária teórica: 25h Carga horária prática: 8,34h Carga horária total: 33,34h
Ementa: Mídia digital: histórico e conceito. O ciberespaço e a interatividade. Linguagens híbridas em multimeios. As mídias sociais no contexto do ensino contemporâneo. Cibercultura e modos de enunciação. Linguagens audiovisuais. Mídias alternativas e ensino.
Bibliografia básica: BARIANI, Bruna Barbieri. Hipermídia e Educomunicação: o papel das novas mídias digitais no ensino. **Sessões do Imaginário**, 01 janeiro de 2011, Vol.16, pp.84-91. BEZERRA, Tamar. Ensinar e aprender na cibercultura. **Revista Famecos** - Midia, Cultura e Tecnologia, setembro - dezembro, 2011, Vol.18, p.834. OLIVEIRA, Rodrigo Bomfim. Hibridismo das linguagens audiovisuais: observações sobre o cinema e o vídeo em interface com as culturas contemporâneas. **Mediação**, 01 de novembro de 2011, Vol.13. PARENTE , André. Imagens que a razão ignora. A imagem de síntese e a rede como novas dimensões comunicacionais. **Revista Galáxia**, novembro 2008, Vol.2. XIBERRAS, Martine. Internautas: inteligencias coletivas na cibercultura. **Revista Famecos** - Midia, Cultura e Tecnologia, Set-Dez, 2010, Vol.17, p.253.
Bibliografia complementar: ANDIÓN, Margarita. Cine documental. Cibercultura, tecnologías de proximidad. **Telos**: Cuadernos de comunicación e innovación, 2015, Issue 100, pp.81-83 CORRÊA, Cynthia. Comunidades virtuais gerando identidades na sociedade em rede. **Ciberlegenda**, 01 de janeiro de 2011, Vol.0 FEITOSA, Sara Alves. O Sujeito na Tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço. **Intexto**, 01 dezembro 2008, Vol.0, pp.110-114. MEURER, César. Aprendizagem no ciberespaço. **Conjectura**: filosofia e educação, 2010, Vol.15, pp.55-70. PREIS, Moraes; JUNCKLAUS, Heloisa. Inteligência coletiva: o ciberespaco como retrato da sociedade ou uma discussão da ética da estética. **Revista Famecos** - Midia, Cultura e Tecnologia, 2011, Vol.18, p.542.

Componente curricular: Aplicações da Matemática em contextos escolares interdisciplinares
Carga horária teórica: 25h Carga horária prática: 8,34h Carga horária total: 33,34h
Ementa: Construção do conhecimento matemático. Trabalho com as inteligências múltiplas em atividades matemáticas. Leitura e comunicação em matemática. Alternativas metodológicas e interdisciplinares para o ensino de matemática. Uso de softwares educacionais na construção de conhecimento lógico-matemático. Planejamento de atividades interdisciplinares que contemplem matemática.
Bibliografia básica: ALRO, Helle; SKOVSMOSE, Ole. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática** - Belo Horizonte: Autêntica, 2006. CURY, Helena Noronha. **Análise de erros**: o que podemos aprender com as respostas dos alunos. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade**: História, Teoria e Pesquisa. 15ª ed. Campinas, Papirus Editora, 2008. MEYER, João Frederico da Costa Azevedo; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos. **Modelagem em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela M.S. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008
Bibliografia complementar: ANTUNES, Celso**. Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 2001. BASSANEZI, Rodney Carlos; D'AMBROSIO, Ubiratan. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática**: uma nova estratégia. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília, 1998. SMOLE, Kátia Cristina Stocco et al. **Jogos de matemática**: de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008. PINTO, Neuza Bertoni. **O erro como estratégia didática**. Curitiba: Papirus, 2009.

Componente curricular: Pesquisa em Educação
Carga horária teórica: 33,34h Carga horária prática: 33,34h Carga horária total: 66,68h
Ementa: O conhecimento científico. A pesquisa científica em educação. Análises e interpretação de dados em Pesquisas institucionais na Educação. Prática de Pesquisa em Educação. Produção de textos científicos. Elaboração de projeto de pesquisa científica. Concepções teóricas e metodológicas das ciências e interdisciplinaridade. Relações entre objeto de estudo, fundamentação teórica e técnicas de pesquisa. Relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Levantamento bibliográfico. Construção do objeto de pesquisa, dos objetivos e da metodologia. Ética na pesquisa.
Bibliografia básica: COSTA, Marisa Vorraber (Org.); VEIGA-NETO, Alfredo et al. **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 164 p. ISBN 8574901709. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 174 p. ISBN 8524902272. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. Curitiba, 2010. MALHEIROS, Bruno Taranto; RAMAL, Andrea Cecilia. **Metodologia da pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2011. 254 p. (Educação). ISBN 9788521618706 (broch.) MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia complementar: BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2007. xvi, 158 p. ISBN 9788576051565 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p. ISBN 9788562938047 COSTA, Marisa Vorraber (Org.); VEIGA NETO, Alfredo José da et al. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 164 p. ISBN 8574901997. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia**

científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 9788522457588

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SILVA, M.;VALDEMARIN, VT. (Orgs.). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: < http://static.scielo.org/scielobooks/8w6rd/pdf/silva-9788579831294.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1976.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. In: **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hicitec/UNESP, 1998.

Componente curricular: Seminário de Pesquisa em Educação
Carga horária teórica: 8,34h Carga horária prática: 25h Carga horária total: 33,34h
Ementa: Seminários e discussões coordenadas sobre os projetos de TCCs.
Bibliografia básica: AQUINO, S. I. **Como falar em encontros científicos.** São Paulo: Saraiva, 2012. ARAÚJO, R. R.; ALVES, C. C. O. Projeto “novos talentos” na promoção de discussões sobre a formação interdisciplinar de professores. **Revista Conexao UEPG.** V. 11, n 2, mai./ago. 2015 CARVALHO, J. A. B. Seminário como prática educomunicativa no contexto socioambiental democratização. **ECCOM**, 2013, v. 4, n. 7. KANITZ, A; FRANK, I. Aprendizagem enquanto produção conjunta de conhecimento: avançando tarefas e alcançando entendimentos satisfatórios na fala-em-interação. **Rev. bras. linguist. apl**. [online]. 2014, vol.14, n.1, pp.111-140. SILVA, L. H. A ; FERREIRA, F. C. A importância da reflexão compartilhada no processo de evolução conceitual de professores de ciências sobre seu papel na mediação do conhecimento no contexto escolar. **Ciencia & Educação**, 2013, Vol.19(2), pp.425-438
Bibliografia complementar: FORESTI, M.C.P.P. **Subsídios para realização de seminários e exposições orais.**

Botucatu: s.n.t.. (mimeog.).Disponível em http://www.geocities.ws/professorjorgelobo/Seminario_Tecnica_2.pdf, acesso 26/10/2016.

GARCEZ, P. M. A organização da fala-em-interação em sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento. **Calidoscópio**, vol. 4, nº 1, p. 66-80, jan./abr. 2006.

GATTI, B. A. Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, 2001, p. 65-80.

LUCKESI, C.C. et al. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, V. M. R; FAGUNDES, H. S. O discurso na pesquisa qualitativa – perspetivas analíticas. **Indagatio Didactica**, outubro 2013. vol. 5(2), pp. 1065-1069.

13. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 09/2014, o IFPR expedirá o certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar para todos os alunos que forem aprovados em todas as disciplinas, obtendo conceito A, B ou C em cada uma delas, conforme Portaria nº120/2009; tenham frequência mínima de 75% em relação à carga horária total do curso; e forem aprovados com conceito A, B ou C no trabalho de conclusão de curso.

14. PERFIL DO EGRESSO

A partir da Resolução CNE/CP Nº2/2015, que define as diretrizes Curriculares para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação continuada, da Resolução CONSUP/IFPR Nº9/2014, que fixa as normas e procedimentos para o funcionamento dos cursos de aperfeiçoamento e especialização, em nível de pós graduação, no IFPR, e da dimensão político-pedagógica estabelecida no Plano de desenvolvimento Institucional do IFPR (2014-2018), entendemos que o curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar ampliará o

conhecimento dos profissionais da educação básica, possibilitando-os uma formação que articula educação, capacitação profissional, cidadania e cultura.

Pretendemos promover a formação de profissionais da educação, principalmente de docentes, a fim de que sejam capazes de identificar nos contextos escolares em que atuam possibilidades de desenvolvimento de ações pedagógicas fundamentadas pela interdisciplinaridade e pela produção conjunta de conhecimento.

O profissional especialista em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar estará apto e motivado a dialogar com seus pares e com toda comunidade escolar, já que os reconhecerá enquanto fontes legítimas de saberes indispensáveis para a constituição de compreensões mais globais acerca da realidade.

Atribuindo legitimidade à pluralidade de visões de mundo presentes em seu contexto de atuação profissional, o especialista que pretendemos formar contribuirá com a promoção de uma educação democrática e cidadã, claramente aberta à discussão de ideias e à justiça social.

Nesse sentido, a pós-graduação que aqui apresentamos está completamente afinada com o preceito mais amplo que a Constituição Brasileira de 1988 e, por extensão, as normas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atribuem à educação, sendo ele: a promoção de ações pedagógicas, científicas e tecnológicas que, por meio da interação de diversos profissionais, atendam a demandas locais, regionais e nacionais e, por conseguinte, promovam cidadania, cultura e capacitação profissional.

15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória para a obtenção do título de especialista e consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos resultantes do trabalho de pesquisa e extensão na área do curso. O TCC tem como objetivos: complementar a formação acadêmica e profissional do discente no que se refere ao exercício da pesquisa e extensão; permitir que o discente aprofunde seu conhecimento sobre a sua área de estudo; estimular a produção científica. No curso de Especialização em

Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar, o TCC deverá ser apresentado como monografia voltada para a discussão dos seguintes temas: “interdisciplinaridade” e “produção coletiva do saber contexto escolar”. Para elaboração de sua monografia, o estudante contará com orientação realizada por um dos professores que compõem o corpo docente do curso. Caso necessário, será permitida a adoção de co-orientador que também seja integrante do corpo docente da especialização. O TCC passará obrigatoriamente por avaliação realizada por uma banca composta pelo orientador e por docentes do IFPR e/ou de outras instituições de ensino.

No Anexo 1, consta o “Regulamento de trabalho de conclusão de curso da Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar do IFPR – Campus Paranavaí”.

16. EXPERIÊNCIA DO COORDENADOR(A)

Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) e mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Tem ampla experiência com pós-graduação, já que atuou em uma especialização lato sensu oferecida na modalidade a distância pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como tutor, orientador e membro de bancas julgadoras. Atualmente, é docente do IFPR – Campus Paranavaí. Interessa-se pelos seguintes temas de pesquisa: Ensino de História, Literatura, Brasil Império, História das Ciências e Teoria da História. Currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/7087811973128343

17. EXPERIÊNCIA DO VICE-COORDENADOR(A)

Possui graduação em Letras pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA/UNESPAR), é especialista em Ensino de Língua Inglesa pela Faculdade Iguaçu e Mestra em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, é docente do IFPR – Campus Paranavaí e cursa o doutorado em Letras pela UEL. Currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/2321750635380605

18. PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Campus Paranavaí possui todos os recursos necessários à oferta do curso, previstos em seu orçamento anual. A carga horária de aulas dos professores do curso estará descrita individualmente no Plano de Trabalho Docente.

Observando o artigo 1º da IIP nº 03/2014 – PROENS/IFPR, o acervo bibliográfico referente às ementas descritas no Projeto Político Pedagógico do Curso foi definido pelo colegiado do curso. Grande parte desse acervo já está disponível nas bibliotecas dos campi do IFPR e em periódicos acadêmicos *online*. A aquisição de obras necessárias à oferta da especialização está prevista no orçamento do IFPR – Campus Paranavaí.

19. INSTALAÇÕES FÍSICAS

Instituto Federal do Paraná – Campus Paranavaí está localizado em uma área de expansão do município, sendo um dos principais instrumentos de desenvolvimento da região em que se encontra. Suas instalações situam-se em um terreno de 85.933,91m² e são constituídas por:

BLOCO 2

O bloco dois é composto por dois pavimentos, que se interligam por meio de uma rampa e de uma escada. Nele se encontram:

- Seis salas de aula;
- Quatro Laboratórios de Informática (Laboratório de Informática 1, Laboratório de Informática 2, Laboratório de Informática 3 e Laboratório de Informática 4);
- Uma sala destinada à Coordenação do Curso de Tecnologia, Análise e Desenvolvimento de Sistemas – TADS e aos professores da área técnica de informática;
- Uma Biblioteca;
- Sanitários;

- Laboratório 1 – Biologia;
- Laboratório 2 – Processo de Alimentos;
- Laboratório 3 – Química I;
- Laboratório 4 – Química II;
- Laboratório 5 – Microbiologia:
- Diretoria de Ensino;
- Sala de Professores;
- Diretoria Financeira e Administrativa;
- Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis;
- Secretaria Acadêmica;
- Gabinete da Direção;
- Copa;
- Salas Infraestrutura;
- Cantina;
- Depósito;
- Duas salas para guarda de materiais de limpeza.

BLOCO 4 – Laboratórios Técnicos

O bloco 4 é composto por:

- Uma sala para a coordenação e professores dos cursos Eletromecânica Integrado e Subsequente;
- Sanitários;
- Uma sala de professores;
- Um Laboratório Técnico 01 – Mecânica;
- Laboratório Técnico 04 – Eletrotécnica, eletrônica, robótica e automação;
- Laboratório Técnica 02: Elétrica e eletrônica;
- Laboratório Técnico 03: Mecânica.

BLOCO 03

O bloco 3 possui dois pavimentos interligados por uma escada e um elevador. Nele, é possível encontrar:

- Sanitários;
- Sala de convivência,
- Quatro salas de aula;
- Um Laboratório de Informática, geralmente destinado para uso dos cursos de Eletromecânica;
- Uma sala utilizada como almoxarifado.

BLOCO 1 – Administrativo

O bloco está na fase de conclusão. Nele serão alocados os setores administrativos. A previsão é que o bloco seja utilizado a partir de 2017.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Paranavaí tem por finalidade apoiar as atividades acadêmicas no que se refere a ensino e desenvolvimento de pesquisas e programas de extensão. Todo acervo está concentrado em um único espaço físico, que se encontra no bloco 2.

A Biblioteca está alocada, provisoriamente, em duas salas de aula que ocupam uma área física de 120m², com capacidade de assento para 32 alunos.

A Biblioteca possui uma política de aquisição, atualização e manutenção do acervo. Tal política tem como objetivo adquirir material de informação de maneira racional e sistemática, utilizando-se dos processos de compra, doação e permuta. Todo o processo de aquisição é norteado por um documento denominado “Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFPR”, aprovado como apêndice do PDI (2014-2018) em dezembro de 2014. Os materiais bibliográficos são adquiridos com a finalidade de suprir os programas de ensino dos cursos técnicos, graduação e licenciaturas, bem como dar apoio aos programas de pesquisa, extensão e FICs. Está prevista a implantação de estudos e propostas para elaboração de métodos

de conservação preventiva, bem como a elaboração de uma política de preservação e conservação dos materiais bibliográficos.

O Acervo da Biblioteca contempla as áreas de ciências humanas, biológicas e da saúde, exatas e tecnológicas, sociais e aplicadas e agrárias. O acesso às coleções é aberto aos usuários, possibilitando que eles próprios busquem a informação desejada. A descrição da coleção é feita com base no código de catalogação AACR-2, na classificação na tabela CDD e na notação de autor na tabela Cutter. A biblioteca conta também com a assinatura de 168 bases de dados do Portal de Periódicos da Capes, com acesso local e remoto para toda comunidade acadêmica no seguinte endereço: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez109.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome>

A Biblioteca de Paranavaí, assim como todas as bibliotecas que fazem parte do IFPR, tem vínculo com o Portal de Periódicos CAPES por acesso remoto. Para ter direito a essa ação, o usuário interessado deve fazer um cadastro no portal (endereço eletrônico acima) no link “meu espaço”. Essa opção permite o acesso remoto ao conteúdo assinado pelo Portal de Periódicos. O nome de usuário e senha para acesso deve ser verificado junto à equipe de TI ou da biblioteca., a fim de utilizar a identificação por meio da CAFe. O Instituto Federal do Paraná faz parte da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Representação numérica do Acervo Geral da Biblioteca IFPR – Campus Paranavaí

	Títulos	Exemplares
Livros	3.498	9.340
Dissertações	37	37
Teses	11	11
TOTAL	3.546	9.388

Fonte: RELATÓRIO Pergamum Est-Levantamentos bibliográficos-Geral do acervo – 18 -17/06/2016

Acervo de livros da Biblioteca IFPR – Campus Paranavaí por eixo tecnológico

Eixo	Título	Exemplar
Licenciatura em Química	115	531
Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	188	715
Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio	155	635

Técnico em Eletromecânica Subsequente	155	635
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	373	1549
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	373	1549

Fonte: RELATÓRIO: Rel-Levantamentos bibliográficos-Classificação (59)

Como um dos instrumentos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem, a Biblioteca oferece vários serviços aos seus usuários. Além dos serviços que lhes são comuns – tais como os empréstimos locais, domiciliares e entre bibliotecas, a educação de usuário e a orientação para normalização de trabalhos acadêmicos –, a Biblioteca disponibiliza quatro computadores conectados à Internet, com a tecnologia wireless, que permite o acesso para dispositivos móveis.

Os serviços de catalogação e empréstimos encontram-se automatizados, sendo que o *software* brasileiro adquirido para o gerenciamento dos dados é o *Pergamum*. O sistema permite fazer cadastro, pesquisa, empréstimos, devolução, renovações e reservas *online* dos materiais bibliográficos, além de possibilitar a geração de vários relatórios. A pesquisa pode ser realizada em uma ou em todas as bibliotecas do IFPR. O *software* permite ao usuário recuperar qualquer item da coleção, quer por autor, título, assunto ou termo livre, bem como saber se o item encontra-se disponível ou emprestado. Toda essa diversidade de possibilidades permite que o usuário, utilizando-se do empréstimo entre bibliotecas, tenha acesso a obras encontradas em todas as bibliotecas do IFPR. O catálogo *online* pode ser acessado por meio da página <http://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php> no link biblioteca ou em <http://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php> . Na área da catalogação, o sistema faz importação de dados de outras bibliotecas usuárias do sistema *Pergamum* e cria uma rede de catalogação cooperativa, facilitando e agilizando o serviço de catalogação de cada unidade.

O horário de funcionamento da biblioteca é das 07h30 às 22h00, de segunda-feira à sexta-feira. Com base nas ementas indicadas neste PPC, a compra de obras necessárias à oferta da Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto escolar está sendo providenciada. Destacamos que a biblioteca do Campus Paranavaí e aquelas bibliotecas situadas em outros campi possuem parte das obras previstas nas

ementas do curso. Já temos acesso, também, a artigos científicos disponibilizados por periódicos *online*.

20. ANEXOS

ANEXO 1
REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO CONTEXTO ESCOLAR DO IFPR – CAMPUS PARANAVAÍ

CAPÍTULO I

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória para a obtenção do título de especialista e consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos resultantes do trabalho de pesquisa e extensão na área do curso. O TCC tem como objetivos: complementar a formação acadêmica e profissional do discente no que se refere ao exercício da pesquisa e extensão; permitir que o discente aprofunde seu conhecimento sobre a sua área de estudo; estimular a produção científica. No curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar, o TCC deverá ser apresentado como monografia voltada para a discussão dos seguintes termas: “interdisciplinaridade” e “produção coletiva do saber no contexto escolar”.

CAPÍTULO II

DA MODALIDADE DE TCC

Art. 2º A modalidade de TCC considerada no âmbito do IFPR – Campus Paranavaí e do Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar é monografia.

Parágrafo único: Somente serão consideradas as monografias que possuírem relação com os seguintes temas: “interdisciplinaridade” e “produção coletiva do saber no contexto escolar”.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 3º O discente regularmente matriculado no curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar terá um professor orientador que supervisionará

o TCC. A definição do orientador deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias corridos após a conclusão de todas as disciplinas que compõem o curso.

§1º O discente deverá encaminhar à coordenação do curso o termo de Aceite-Orientação (Anexo 2) assinado por ele (discente) e pelo orientador, no prazo máximo de dez (10) dias corridos após o término de todas as disciplinas que compõem o curso. Constarão no termo de Aceite-Orientação: nome do acadêmico, nome do curso, orientador, título do trabalho e a linha de pesquisa.

§2º O orientador deverá ser um docente efetivo vinculado ao IFPR - Campus Paranavaí.

Art. 4º Cada docente deverá ter no máximo 06 (seis) orientandos por turma da Especialização.

Parágrafo único: Caso algum docente não seja procurado para orientação, este poderá trabalhar em outros TCC's como co-orientador.

Art. 5º Poderá ser indicado um co-orientador para o TCC desde que esta informação conste no Anexo 2.

Parágrafo único: Para a inclusão de co-orientador em trabalhos em andamento, uma solicitação deverá ser encaminhada ao Colegiado do Curso via ofício assinado por todas as partes envolvidas. Tal ofício deverá estar acompanhado de uma versão atualizada do Anexo 2.

Art. 6º Em caso de impedimentos legais do orientador, o discente deverá solicitar a substituição do orientador. A solicitação será apreciada pelo Colegiado do Curso na primeira reunião ordinária posterior ao pedido.

Parágrafo único: Entende-se por impedimentos legais os casos previstos em legislação específica.

Art. 7° O orientador poderá solicitar, mediante justificativa, sua substituição através de encaminhamento de ofício ao Colegiado do curso. A solicitação será apreciada pelo Colegiado do Curso na primeira reunião ordinária posterior ao pedido.

Art. 8° A orientação deverá ocorrer seguindo cronograma previamente estabelecido.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO ORIENTADOR

Art. 9º Compete ao orientador:

I. Orientar o discente na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;

II. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;

III. Indicar ou aceitar o co-orientador, quando for o caso;

IV. Instituir a comissão examinadora do TCC, em comum acordo com o orientando;

V. Diagnosticar problemas e dificuldades de todas as ordens que estejam interferindo no desempenho do discente e orientá-lo na busca de soluções;

VI. Agir com discrição na orientação do discente;

VII. Manter a coordenação do curso informada sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo orientando, bem como solicitar da coordenação providências que se façam necessárias ao atendimento do discente;

VIII. Tratar com respeito o orientando e demais pessoas envolvidas no TCC;

IX. Estabelecer e divulgar aos orientandos a periodicidade e duração dos encontros de orientação;

X. Registrar os encontros de orientação mediante ficha padrão (Anexo 9) a ser encaminhada mensalmente à Coordenação;

XI. Verificar a ocorrência de plágio total ou parcial, direto ou indireto nos trabalhos apresentados pelos discentes, buscando coibir esta prática.

CAPÍTULO V
DO ORIENTANDO

Art. 10º Compete ao orientando:

I. Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente a escolha à coordenação do curso mediante apresentação do Anexo 2;

II. Escolher, em comum acordo com o orientador, o problema de pesquisa a ser desenvolvido no TCC;

III. Conhecer e cumprir as normas e os prazos estabelecidos ao TCC pelo PPC do curso;

IV. Tratar com respeito o orientador e demais pessoas envolvidas no TCC;

V. Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas;

VI. Buscar qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;

VII. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, a fim de que soluções sejam buscadas;

VIII. Comunicar à coordenação do curso quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do TCC, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho e observados os princípios éticos;

Art. 11º São direitos do orientando:

I. Receber orientação para realizar as atividades de TCC;

II. Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do TCC;

III. Solicitar, ao Colegiado do Curso, a substituição do orientador mediante ofício devidamente justificado.

CAPÍTULO VI
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art.12º Anteriormente à oficialização do orientador, o discente deverá desenvolver um Pré-Projeto de Pesquisa, que servirá ao professor da disciplina Pesquisa em Educação como avaliação da mesma.

Art. 13º O Pré-Projeto de Pesquisa para a elaboração da monografia deve apresentar os seguintes elementos:

1. Identificação (autor, título, área escolhida, provável-orientador);
2. Introdução (tema, delimitação do tema, questão de pesquisa);
3. Objetivo geral e específicos;
4. Justificativa;
5. Hipótese(s);
6. Metodologia;
7. Cronograma;
8. Referências;
9. Apêndice(s) e anexo(s) (opcionais).

Parágrafo Único - A estrutura formal do Pré-Projeto de Pesquisa para a elaboração da monografia deve seguir as normas da ABNT e o documento “Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos no IFPR”.

Art. 14º O Pré-Projeto de Pesquisa deverá ser elaborado e entregue ao professor responsável pelo componente curricular Pesquisa em Educação na data estabelecida pelo mesmo.

Parágrafo Único - Cabe ao responsável pelo componente curricular Pesquisa em Educação a avaliação e aprovação do Pré-Projeto apresentado pelo aluno.

Art. 15º O Pré-Projeto de Pesquisa a ser desenvolvido no componente curricular Pesquisa em Educação não necessariamente precisa ser o mesmo a ser desenvolvido no TCC, pois o aluno poderá mudar seu objeto de pesquisa ao longo do processo de orientação.

Art. 16º O TCC pode pertencer a diferentes gêneros textuais, como revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, softwares, estudo de caso, protocolo experimental, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, de acordo com as orientações da Portaria da CAPES Nº 07/2009.

Art. 17º O TCC que envolva estudos com seres humanos e/ou animais como objetos de pesquisa não poderão ser iniciados antes da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 18º O número de discentes para elaboração e para a apresentação do TCC, bem como o caráter público da apresentação serão determinados da seguinte forma:

I. A elaboração e a apresentação do TCC é individual.

II. A apresentação do TCC deverá ser púbica e passar necessariamente por uma banca examinadora.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 19º O TCC deverá ser submetido a uma Comissão Examinadora composta pelo orientador como presidente e por, no mínimo, dois (02) membros titulares e um (01)

membro suplente. Todos os membros componentes da banca examinadora devem possuir como titulação mínima Especialização.

§1º A apresentação do TCC terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 40 minutos e será necessariamente arguida por todos os membros da banca.

§2º Após a apresentação, haverá arguição pelos integrantes da banca examinadora com máximos 25 minutos para cada membro. Caberá ao presidente da banca examinadora determinar e controlar o tempo de arguição.

Art. 20º Através de ofício (Anexo 3), orientador e orientando comunicarão à coordenação do curso a data e a hora sugerida de apresentação do TCC, bem como os nomes da banca examinadora, respeitando-se os prazos estabelecidos pelo calendário do curso.

Art. 21º Constituída a Comissão Examinadora, será encaminhado pelo discente, a cada membro, um exemplar do TCC, no prazo mínimo de trinta (30) dias corridos antecedentes à data de avaliação. Juntamente ao TCC, deverá ser anexada uma cópia da carta convite a cada membro da banca examinadora contendo as informações de avaliação (Anexo 4), bem como a ficha descritiva de avaliação do TCC (Anexo 6) em que consta os critérios adotados para avaliação.

Art. 22º A avaliação do TCC realizar-se-á mediante critérios estabelecidos nos Anexos 5 e 6.

Art. 23º O resultado final da avaliação do trabalho de conclusão de curso será expresso mediante conceito final de A a D. Serão considerados aprovados os discentes que tiverem frequência mínima de 75% para cursos presenciais e cujos trabalhos de conclusão de curso obtiverem conceitos finais A, B ou C, conforme portaria Nº 120/2009.

Parágrafo único: Considera-se conceito final um único conceito definido em conjunto pela banca examinadora após apresentação e arguição do TCC. O conceito final, assim como as correções sugeridas pela banca, deverão ser indicados no Anexo 5 a ser preenchido pelo (a) orientador (a) na qualidade de presidente da banca.

Art. 24º Realizada a defesa e a avaliação do TCC, o orientador, na qualidade de presidente da banca, preencherá a Ata de Defesa (Anexo 7), dando publicidade oral do resultado ao discente imediatamente após o encerramento dos trabalhos.

Art. 25º Após aprovado o TCC com alterações, o discente deverá promover as correções e entregar a versão corrigida do TCC ao seu orientador.

Parágrafo único: Cabe ao orientador avaliar se as alterações sugeridas pela banca examinadora foram incorporadas pelo orientando na versão final do TCC.

Art. 26º Para que seu orientando obtenha aprovação definitiva no TCC, o orientador deverá encaminhar à coordenação: as Fichas de Avaliação (Anexos 5 e 6), a Ata de Avaliação do TCC (Anexo 7), o Termo de Aceite – Orientação do TCC (Anexo 2), o Ofício de Encaminhamento do Resultado Final TCC (Anexo 8) e a versão final do TCC em uma (01) via impressa e encadernada e em uma cópia gravada em CD formato pdf.

§1º As cópias da versão final do TCC deverão ser entregues até, no máximo, 30 dias após a data da defesa.

§2º A encadernação do TCC é padronizada de acordo com as normas do IFPR.

§3º O arquivamento do TCC em formato digital e impresso ficará sob a responsabilidade do Sistema da Biblioteca do IFPR – Campus Paranavaí.

Art. 27º O não cumprimento pelo orientador e orientando das normas, critérios e procedimentos estabelecidos sem uma justificativa aceita pela coordenação do curso acarretará na reprovação do aluno.

Art. 28º Em caso de reprovação do TCC, o discente poderá requerer ao Colegiado do Curso uma segunda oportunidade mediante encaminhamento de solicitação, devidamente justificada e assinada pelo orientador. Em casos devidamente justificados e encaminhados ao Colegiado do curso, poderá ser concedida ao aluno a prorrogação da defesa de monografia por um prazo máximo de 40 dias.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º Os casos omissos ou controversos deverão ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar.

ANEXO 2

TERMO DE ACEITE – ORIENTAÇÃO DO TCC

Eu, _____, SIAPE _____, na condição de Professor (a) do Instituto Federal do Paraná, lotado no Campus Paranavaí, declaro aceitar orientar o discente _____, matrícula nº. _____, para desenvolver o trabalho de TCC intitulado _____ e pertencente à Linha de Pesquisa _____, do curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar. Estou ciente de que o período de orientação inicia-se com o aceite e encerra-se com a entrega do trabalho final. Declaro ter pleno conhecimento das atribuições concorrentes à orientação do TCC, conforme Normas ABNT e do Instituto Federal do Paraná.

Paranavaí, _____ de _____ de _____

_____

Professor (a) Orientador (a)

_____

Professor (a) Co-orientador (a)

_____

Discente Orientando (a)

ANEXO 3

COMUNICADO INTERNO – BANCA EXAMINADORA E DATA DA DEFESA DO TCC

Paranavaí,_____ de _____de _____

A Sua Senhoria, o (a) coordenador (a) _____

Assunto: Composição de Banca do TCC

Prezado (a) Coordenador (a), venho por meio deste lhe comunicar a composição da Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do discente _____, do Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar, intitulado "_____".

Prof.(a) _____ Titular

Prof.(a) _____ Titular

Prof.(a) _____ Suplente

A data sugerida para defesa do TCC é __/___/___, às ___:___ horas, na sala ____.

Atenciosamente,

_____

Prof. (a) Orientador (a)

_____

Discente Orientando (a)

ANEXO 4

CARTA CONVITE AOS INTEGRANTES DA BANCA EXAMINADORA

Prezado (a) Avaliador (a),

Temos a imensa satisfação de convidar V. S.a para participar como membro (titular ou suplente) _____ da Banca Examinadora da Defesa de TCC do discente _____, orientado pelo Prof. (a) _____ com trabalho intitulado "_____". A data sugerida para defesa do TCC é dia ___/___/ ____, às ___: ___ horas, na sala ____.

A avaliação do trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar deverá ser realizada de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo 6, que V. S.a recebeu juntamente com essa carta convite. Os critérios referentes à parte da escrita do trabalho de conclusão de curso poderão ser avaliados antecipadamente à data da apresentação oral. A apresentação do TCC terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 40 minutos. Após a apresentação, haverá arguição pelos integrantes da banca examinadora com máximos 25 minutos para cada membro.

Saudações,

_____

Professor (a) Orientador (a)

_____

Discente Orientando (a)

ANEXO 5

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Aluno (a): _____

Orientador (a): _____

Título:_____

CONCEITOS			
Orientador	Avaliador 1	Avaliador 2	Final

ITENS AVALIADOS:

- Redação, estruturação do texto e coerência com relação às normas do IFPR;
- Coerência do título com o conteúdo do trabalho, contextualização, delimitação do problema e formulação dos objetivos;
- Revisão bibliográfica clara e consistente;
- Apresentação da metodologia empregada no trabalho;
- Apresentação dos resultados e análise dos dados;
- Coerência das conclusões com os objetivos traçados;
- Clareza na introdução, objetivos e na exposição do conteúdo do trabalho;
- Coerência da apresentação oral com o trabalho escrito;
- Eficiência na utilização do tempo de apresentação;
- Sustentação perante a banca.

Observações:

_____

_____

_____

_____

_____.

Banca Examinadora

Avaliador (a) 1. _____

Avaliador (a) 2. _____

Orientador (a). _____

Paranavaí, _____, de _____, de _____.

ANEXO 6

FICHA DESCRITIVA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Discente orientando (a): _____

Professor (a) orientador (a): _____

Título do TCC: _____

Tanto a parte escrita quanto a apresentação oral do TCC deverão ser avaliadas por meio dos seguintes conceitos:

Conceito A – PLENO

Conceito B – PARCIALMENTE PLENO

Conceito C – SUFICIENTE

Conceito D – INSUFICIENTE

Os critérios a serem avaliados constam nas tabelas seguintes:

Trabalho Escrito		**Conceito**
Redação, estruturação do texto e coerência com relação às normas do IFPR	**A a D**	
Coerência do título com o conteúdo do trabalho, contextualização, delimitação do problema e formulação dos objetivos	**A a D**	
Revisão bibliográfica clara e consistente.	**A a D**	
Apresentação da metodologia empregada no trabalho	**A a D**	

Apresentação dos resultados e análise dos dados	**A a D**	
Coerência das conclusões com os objetivos traçados	**A a D**	

Apresentação Oral		**Conceito**
Clareza na introdução, objetivos e na exposição do conteúdo do trabalho	**A a D**	
Coerência da apresentação oral com o trabalho escrito	**A a D**	
Eficiência na utilização do tempo de apresentação	**A a D**	
Sustentação perante a banca	**A a D**	

CONCEITO GLOBAL: _____

Avaliador (a): _____

Paranavaí, _____ de _____ de _____

ANEXO 7
ATA DE AVALIAÇÃO DO TCC

No dia _____ do mês de _____ de _____, sob a presidência do (a) Prof. (a) _____, reuniram-se os docentes _____ _____, nas dependências do IFPR – Campus Paranavaí para avaliar o TCC do discente _____, que defendeu o TCC intitulado "_ _____", como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar.

O discente foi considerado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado, com conceito final _____.

Observações:

_____

_____

_____

_____.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____ Avaliador (a) 1

_____ Avaliador (a) 2

_____ Orientador (a)

Paranavaí, _____ de _____ de _____ .

ANEXO 8

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO FINAL TCC

Paranavaí,_____ de _____de _____

A Sua Senhoria, o (a) coordenador (a) _____

Assunto: Resultado de defesa de TCC

Prezado (a) Coordenador (a), encaminho em anexo as Fichas de Avaliação (Anexos 5 e 6) e a Ata de Defesa (Anexo 7), bem como uma (01) cópia impressa e encadernada e uma (01) cópia digital da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do (a) discente

_____,

intitulado "_____

_____", do curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar, do Instituto Federal do Paraná - Campus Paranavaí. Declaro que todas as alterações sugeridas pela Banca Examinadora foram adequadamente realizadas e o TCC em questão encontra-se dentro das normas estabelecidas pela ABNT e recomendações do IFPR.

Atenciosamente,

_____

Professor (a) Orientador (a)

_____

Discente Orientando (a)

ANEXO 9

FICHA DE REGISTRO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Professor (a) Orientador (a): _____

Discente Orientando (a): _____

Data	Prezado professor, favor indicar brevemente o assunto tratado em cada encontro	Assinatura do Professor (a) Orientador (a)	Assinatura do Discente Orientando (a)

ANEXO 10

TERMO DE COMPROMISSO

De acordo com a Resolução IFPR nº 09, de 13 de maio de 2014, que fixa as normas e procedimentos para funcionamento dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, em nível de Pós-Graduação, no IFPR, o Diretor Geral do Campus Paranavaí, Prof. José Barbosa Dias Júnior, inscrito no Siape 1335099, vem por meio deste firmar compromisso junto à Pró-Reitoria de Ensino, para oferta do curso de Especialização em Práticas Interdisciplinares no Contexto Escolar no Campus Paranavaí.

Paranavaí, 07 de novembro de 2016.

_____

Diretor Geral – Campus Paranavaí